



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**  
**Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –**  
**Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981**  
**E-mail: [conade@mdh.gov.br](mailto:conade@mdh.gov.br)**

**Ata da 140ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)**

**Data: 26/11/2024 a 27/11/2024**

1 Nos dias vinte e seis e vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro foi realizada a 140ª  
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob  
3 a Coordenação da Conselheira Titular Anna Paula Feminella, Presidente do CONADE e  
4 representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da  
5 Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros(as)  
6 Titulares e Suplentes – Dia 26/11/2024 – Manhã: Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos,  
7 Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais  
8 (FENAPAES); Conselheira Suplente Aline Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério da  
9 Cultura (MINC); Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa Bezerra, Representante da Retina  
10 Brasil; Conselheira Titular Anna Paula Feminella, representante do Ministério dos Direitos  
11 Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
12 (MDHC/SNDPD); Conselheira Suplente Camilla Kely Pacheco Perpétuo, Representante do  
13 Ministério das Comunicações (MCOM); Conselheiro Titular Carlos de Sousa Andrade,  
14 Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; Conselheiro  
15 Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Suplente Clóvis  
16 Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheira  
17 Suplente Cremilda Bastos Cravo, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT);  
18 Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e  
19 Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade

20 Cristã de Pessoas com Deficiência no Brasil (FCD); Conselheira Suplente Deusina Lopes da Cruz,  
21 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à  
22 Fome (MDS); Conselheira Titular Flavia Andrea Figueiredo Chaves, Representante do Ministério  
23 do Turismo (MTur); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização  
24 Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheiro Titular Joelson  
25 Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro Titular Jonas  
26 Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi  
27 (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira da  
28 Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro José Antônio Ferreira Freire, Representante da  
29 Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Magno  
30 Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos  
31 (FENEIS); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante  
32 da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira  
33 Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo  
34 (ABRA); Conselheiro Suplente Milton Pereira de Carvalho Filho, Representante do Ministério da  
35 Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro Titular Nelson Luiz dos Santos Tomassini,  
36 Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro Titular Rafael  
37 Faria Guiger, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro Titular  
38 Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com  
39 Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira  
40 Suplente Sueli Francisca Vieira, Representante da Secretaria Nacional de Promoção do  
41 Desenvolvimento Humano do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC/SNPDH);  
42 Conselheiro Titular Rafael Guiger (MTE); Conselheiro Suplente Victor da Silva Aquino,  
43 Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Suplente  
44 Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e  
45 Amigos dos Excepcionais (FENAPAES). Ausências justificadas – Dia 26/09/2024 – Manhã:  
46 Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações  
47 de Doenças Raras (FEBRARAS); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da  
48 Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheira Titular Indyra  
49 de Araújo Morais, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO);  
50 Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar, Representante do Organização Nacional de Cegos do

51 Brasil (ONCB); Conselheiro Suplente Orion Sávio Santos de Oliveira, Representante do Ministério  
52 da Previdência Social (MPS). Acompanhantes - Dia 26/11/2024 – Manhã: Décio Gomes Santiago  
53 Filho; Ícaro de Souza Freire; João Carlos Gonçalves; Nerize Ferreira da Silva; Wátilla de Souza.  
54 Observadores – Dia 26/11/2024 – Manhã: Adriane do Nascimento Soares (CONDEF/RO); Alex  
55 Alvarga; Ana Lucia Rodrigues (CONSER-Sergipe); Andréia Bussade (Instituto RioTEAMA);  
56 Andréia C. S. da Silva (CEDPD-PB); Ariani (COEDE/SP); Carlos de Sousa  
57 (CODDEDE-DF/CUT); Cláudio Araújo (COEDE/PA); Damaris Arruda de Souza; Isaias (CUT);  
58 Letícia Farias (COEDE/SP); Luiz Carlos Costa (SEEB-SP); Máira Taques dos Santos (Casa Civil  
59 da Presidência); Rosângela Finocketi (MT); Maria Adriana Pinto (CDPD CPA); Mariana Gonçalves  
60 (Instituto RioTEAMA); Nelson Khakil (COEDE/RS); Otair Rodrigues Filho (COEDE/MT);  
61 Virgínia Nascimento (COEDE/RR). Conselheiros(as) Titulares e Suplentes - Dia 26/11/2024 –  
62 Tarde: Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das  
63 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES); Conselheira Suplente Aline  
64 Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério da Cultura (MINC); Conselheira Suplente  
65 Angela Maria de Sousa Bezerra, Representante da Retina Brasil; Conselheira Suplente Camilla  
66 Kely Pacheco Perpétuo, Representante Do Ministério das Comunicações (MCOM); Conselheiro  
67 Titular Carlos de Sousa Andrade, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens,  
68 Serviços e Turismo (CNC); Conselheira Suplente Cremilda Bastos Cravo, Representante da União  
69 Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho  
70 Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago,  
71 Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência no Brasil (FCD/BR); Conselheira  
72 Suplente Deusina Lopes da Cruz, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e  
73 Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva,  
74 Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física  
75 (ONEDEF); Conselheira Titular Indiyara de Araújo Moraes, Representante da Associação Brasileira  
76 de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem  
77 dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante  
78 da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Jô  
79 Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro  
80 Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração  
81 dos Surdos (FENEIS); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira,

182 Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG);  
183 Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de  
184 Autismo (ABRA); Conselheiro Suplente Milton Pereira de Carvalho Filho, Representante do  
185 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro Titular Nelson Luiz dos Santos  
186 Tomassini, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheiro Titular  
187 Rafael Faria Guiger, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro  
188 Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com  
189 Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira  
190 Suplente Sueli Francisca Vieira Representante da Secretaria Nacional de Promoção do  
191 Desenvolvimento Humano do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC/SNPDH);  
192 Conselheiro Suplente Victor da Silva Aquino, Representante da Associação Brasileira de Saúde  
193 Coletiva (ABRASCO). Ausências justificadas – Dia 26/09/2024 – Tarde: Conselheira Titular Anna  
194 Paula Feminella, representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria  
195 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheiro Titular Antoine  
196 Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras  
197 (FEBRARAS); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação  
198 Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Cesar Ackar  
199 Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar,  
200 Representante do Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB). Acompanhantes - Dia  
201 26/11/2024 – Tarde: Décio Gomes Santiago Filho; Nerize Ferreira da Silva; Wátila de Souza.  
202 Observadores – Dia 26/11/2024 – Tarde: Aldo Luiz Portella (Prefeitura Municipal de Rezende/RJ);  
203 Eleidimar Odília Isaque da Silva; Emerson Cunha Nascimento (Prefeitura Municipal de  
204 Rezende/RJ); Gisele de Mozzi (Consultora UNESCO/MEC); Luiz Aragão (CASSI); Renata  
205 Rezende (IFB); Thaís Morato (CASSI). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros(as) Titulares  
206 e Suplentes – Dia 27/11/2024 – Manhã: Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos,  
207 Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais  
208 (FENAPAES); Conselheira Suplente Aline Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério da  
209 Cultura (MINC); Conselheira Titular Anna Paula Feminella, Representante do Ministério dos  
210 Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
211 (MDHC/SNDPD); Conselheira Suplente Anna Dorothea Dause Treno, Representante do Ministério  
212 das Relações Exteriores (MRE); Conselheira Suplente Angela Maria de Sousa Bezerra,

113 Representante da Retina Brasil; Conselheiro Suplente Antônio José do Nascimento Ferreira,  
114 Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Nacional dos Direitos da  
115 Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheira Suplente Camilla Kely Pacheco Perpétuo,  
116 Representante Do Ministério das Comunicações (MCOM); Conselheiro Titular Cesar Ackar  
117 Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira,  
118 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheira Suplente  
119 Cremilda Bastos Cravo, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheiro  
120 Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia  
121 (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de  
122 Pessoas com Deficiência no Brasil (FCD/BR); Conselheiro Titular Erico Grassi Cademartori,  
123 Representante do Ministério do Esporte (ME); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva,  
124 Representante da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física  
125 (ONEDEF); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação  
126 Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheira Titular Jô Nunes,  
127 Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro José  
128 Antônio Ferreira Freire, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes  
129 Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação  
130 Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge  
131 Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores  
132 de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante  
133 da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro Suplente Milton Pereira de Carvalho  
134 Filho, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro  
135 Suplente Natan Monsores de Sá, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular  
136 Nelson Luiz dos Santos Tomassini, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública  
137 (MJSP); Conselheiro Titular Nicolau de Medeiros Faustino, Representante da Casa Civil (CC);  
138 Conselheira Suplente Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Representante do Ministério da Educação  
139 (MEC); Conselheiro Titular Rafael Faria Guiger, Representante do Ministério do Trabalho e  
140 Emprego (MTE); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de  
141 Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade  
142 (APABB); Conselheira Suplente Sueli Francisca Vieira Representante da Secretaria Nacional de  
143 Promoção do Desenvolvimento Humano do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

144 (MDHC/SNPDPH); Conselheiro Suplente Victor da Silva Aquino, Representante da Associação  
145 Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Walace Dias Freitas, Representante  
146 da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência  
147 Social, Família e Combate à Fome (SNAS/MDS). Acompanhantes - Dia 27/11/2024 – Manhã:  
148 Décio Gomes Santiago Filho; Ícaro de Souza Freire; João Carlos Gonçalves; Nerize Ferreira da  
149 Silva; Wátila de Souza. Observadores – Dia 27/11/2024 – Manhã: Adriane do Nascimento  
150 (CONDEF-RO); Ângelo Motta (Câmara de Vereadores de Mostardas); Emília de Paiva Aguiar  
151 (CONEDE-AM); Erivaldo Fernandes (FENAPAES); Gisele de Mozzi (UNESCO/MEC); Issac Dias  
152 (AFUBESP); Jorge Amaro (Câmara de Vereadores de Mostardas); Luiz Carlos Costa (SEEB-SP);  
153 Maria Cleide Queiroz (SEEB-SP); Otair Rodrigues Filho (CONEDE-MT); Rosângela Pinha (MT).  
154 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros(as) Titulares e Suplentes – Dia 27/11/2024 – Tarde:  
155 Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das  
156 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAES); Conselheira Suplente Aline  
157 Vasconcelos Zeymer, Representante do Ministério da Cultura (MINC); Conselheira Titular Anna  
158 Paula Feminella, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria  
159 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (MDHC/SNDPD); Conselheira Suplente Angela  
160 Maria de Sousa Bezerra, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Titular Arthur de Almeida  
161 Medeiros, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular Cesar Ackar  
162 Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira,  
163 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Suplente Cremilda Bastos  
164 Cravo, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheiro Titular Daniel  
165 Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA);  
166 Conselheiro Titular Erico Grassi Cademartori, Representante do Ministério do Esporte (ME);  
167 Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades  
168 de Pessoas com Deficiência Física (ONEDEF); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito,  
169 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);  
170 Conselheira Titular Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams  
171 (ABSW); Conselheira Suplente Josineide Miranda de Freitas, representante da Fraternidade Cristã  
172 de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates,  
173 Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira  
174 Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos



175 Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Titular Maria do Carmo  
176 Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro  
177 Suplente Milton Pereira de Carvalho Filho, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e  
178 Inovação (MCTI); Conselheiro Titular Nelson Luiz dos Santos Tomassini, Representante do  
179 Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Conselheira Suplente Patrícia Luiza Ferreira  
180 Rezende, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheiro Titular Rafael Faria  
181 Guiger, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheiro Titular Roberto  
182 Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos  
183 Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheira Suplente Sueli  
184 Francisca Vieira, Representante da Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano  
185 do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC/SNPDH); Conselheiro Suplente Victor da  
186 Silva Aquino, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro  
187 Titular Wallace Dias Freitas, Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social do  
188 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNAS/MDS).  
189 Ausências justificadas – Dia 27/11/2024 – Tarde: Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher,  
190 Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARAS);  
191 Conselheiro Titular Marcio Castro Aguiar, Representante do Organização Nacional de Cegos do  
192 Brasil (ONCB). Acompanhantes - Dia 27/11/2024 – Tarde: João Carlos Gonçalves; Nerize Ferreira  
193 da Silva; Wtila de Souza. Observadores – Dia 27/11/2024 – Tarde: Adriane do Nascimento  
194 (CONDEF-RO); Arthur Silva (FENAPESTALLOSSI); Damaris Arruda Souza (COEDE-RR); Emília  
195 de Paiva Aguiar (CONEDE-AM); Gisele de Mozzi (UNESCO/MEC); Maria Adriana Pinto  
196 (CEDP-PA); Nelson; Otair Rodrigues Filho (CONEDE-MT); Roseane (Secretaria dos Direitos das  
197 Pessoas com Deficiência); Virginia Nascimento (COEDE-RR). Frequência dos Conselhos Estaduais  
198 de Direitos da Pessoa com Deficiência – Dia 27/11/2024: Adriane do Nascimento Soares (RO);  
199 Ariani (SP); Claudionor (PA); Damaris Arruda de Souza (RR); Emília de Paiva Aguiar (AM);  
200 Letícia Farias (SP); Nelson Khakil (RS); Otair Rodrigues Filho (RO); Virgínia Nascimento (RR).

201 **ABERTURA 26/11/2024:** A Presidente Anna Paula Feminella iniciou a reunião cumprimentando a  
202 todos e fez a sua audiodescrição. Com a palavra, o Conselheiro Décio Gomes Santiago saudou a  
203 todos e ressaltou a importância das pautas que seriam debatidas na presente reunião. Ato seguinte,  
204 passou-se à verificação de quórum e a Presidente Anna Paula Feminella pediu que os novos  
205 integrantes do CONADE se apresentassem. A Conselheira Flávia Andrea Figueiredo Chaves relatou

que trabalhava na Assessoria de Participação Social e Diversidade – ASPADI do Ministério do Turismo – MTur e colocou-se à disposição para ajudar no que fosse necessário. A seguir, o Conselheiro Nelson Luiz dos Santos Tomassini explicou que trabalhava na Secretaria Nacional de Política sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP e detalhou que a Secretaria atuava em parceria com diversos órgãos no combate ao crime e na apreensão dos ativos do tráfico de drogas. Então, apresentaram-se os(as) Conselheiros(as) Estaduais: Virgínia Nascimento, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Roraima – COEDE/RR; Damaris Arruda de Souza, representante das pessoas com síndrome de Down; Letícia Farias, Presidente do COEDE/SP; Ariani, representante do COEDE/SP; Nelson Khakil, Presidente do COEDE/RS; Alex Alvarga, chefe de gabinete da Secretaria Nacional; Adriane do Nascimento Soares, Presidente do Conselho Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência e Necessidades Especiais – CONDEF/RO; Otair Rodrigues Filho, Presidente do COEDE/MT; e Cláudio Araújo, Presidente do COEDE/PA. A Presidente Anna Paula Feminella demonstrou alegria com a diversidade de representações e com a possibilidade de diálogo com representantes do país todo. Em seguida, fez a leitura da pauta proposta, a saber: Dia 26/11/2024: 09h - Instalação do Plenário; 9h15 - Aprovação da Pauta e da Ata da 138ª Reunião Ordinária; 9h30 – Informes; 10h – Processo Eleitoral do CONADE; 12h – Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h30 - Acessibilidade digital para pessoas com deficiência visual, cegos e baixa visão, nas plataformas Gov.br, com a presença da diretora de plataformas dos serviços públicos digitais, Sra. Eleidimar Odília Isaque da Silva; 16h - Projeto Mapeamento Acessa Mais, Sra. Renata Rezende, pesquisadora do Instituto Federal de Brasília – IFB; 17h – Encerramento. Dia 27/11/2024: 9h - Instalação do Plenário; 9h30 Apresentação do Relatório da Comissão de Políticas Públicas – CPP; 10h - Apresentação do Relatório da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão – CMC; 10h30 - Apresentação do Relatório da Comissão de Comunicação Social – CCS; 10h45 - Apresentação do Relatório da Comissão de Articulação de Conselhos – CAC; 11h - Apresentação do Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF; 11h15 - Apresentação do Relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP; 12h – Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h15 - Inclusão e participação da pessoa com deficiência no debate do G20 e Cúpula Mundial e da América Latina e Caribe sobre deficiências; 16h – Encaminhamentos; 17h – Encerramento. Iniciando as manifestações, o Conselheiro Milton Pereira



237 de Carvalho Filho sugeriu que os informes fossem o último item da pauta do dia 26 de novembro ou  
238 o primeiro do dia seguinte, em virtude do atraso para início da plenária, ao que a Presidente Anna  
239 Paula Feminella recomendou que os informes fossem feitos na sequência do tema das eleições. Não  
240 havendo mais manifestações, a pauta proposta foi aprovada por maioria com a inclusão da sugestão.  
241 Após a votação, o Conselheiro Magno Prado Gama Prates defendeu a manutenção da pauta original,  
242 uma vez que tinha informes importantes a fazer. Entretanto, a Presidente Anna Paula Feminella  
243 lembrou que a contestação deveria ter sido feita antes da votação. Ato seguinte, passou-se à votação  
244 da Ata da 138ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por maioria, com três abstenções. Após,  
245 instalou-se o item de pauta sobre o processo eleitoral do CONADE. Em posse da palavra, o  
246 Conselheiro Joelson Costa Dias relembrou do seu informe na primeira reunião da atual gestão do  
247 CONADE sobre a tramitação de duas ações de fundamental importância para as atividades do  
248 Conselho, uma da Associação Nacional dos(as) Membros(as) do Ministério Público de Defesa dos  
249 Direitos das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência – AMPID e uma da Federação Brasileira das  
250 Associações de Síndrome de Down - FBASD, ambas impugnando os decretos da presidência  
251 anterior do CONADE que mudaram as regras de eleição das entidades da sociedade civil e  
252 destituíram do Conselho a AMPID e os conselhos estaduais e municipais. Relatou o julgamento  
253 final das ações, cujo resultado foi o acolhimento da ação de Arguição de Descumprimento de  
254 Preceito Fundamental – ADPF da FBAS e a declaração da inconstitucionalidade do Artigo 7º, do  
255 Decreto nº 10.177/2019, na sua redação originária e também na redação modificada pelo Decreto nº  
256 10.841/2021. Sendo assim, o Supremo Tribunal Federal - STF indicou o retorno do modelo de  
257 eleição para escolha das representações da sociedade civil conforme constava no Regimento Interno  
258 do CONADE em 2005, além de reconhecer o Conselho como um mecanismo independente,  
259 essencial para a fiscalização da implementação da Convenção Internacional da Organização das  
260 Nações Unidas - ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência. Explicou o processo de  
261 modulação dos efeitos, aplicado ao processo pelo STF, para que a composição atual e as  
262 deliberações feitas não sofressem nenhuma nulidade. Somou que o STF recomendou a formulação  
263 de uma lei definindo a composição e o funcionamento do CONADE. Em seguida, a Presidente  
264 Anna Paula Feminella reforçou o compromisso com a participação social e elucidou a respeito da  
265 necessidade de dois novos decretos do CONADE, reestabelecendo o que o STF considerou  
266 inconstitucional, e que a elaboração destes decretos seria feita a partir do debate com os  
267 conselheiros. Destacou a importância do assunto e lembrou que a eleição subsequente seria feita no

268 começo de 2025. Saudou o Presidente do COEDE de Sergipe, Sr. Antônio Luiz, que tinha chegado  
269 à reunião, e pediu licença para ausentar-se temporariamente, pois tinha uma agenda com a mídia.  
270 Iniciando as manifestações, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães demonstrou preocupação com o  
271 fato da reunião ser gravada e disponibilizada no *YouTube* e lembrou que a composição atual tinha  
272 ingressado no CONADE por eleição, não por processo seletivo, independentemente da  
273 nomenclatura usada no Decreto para definir o processo. Questionou se existia uma proposta de  
274 novo edital para a próxima eleição, se os editais anteriores serviriam como base ou se a elaboração  
275 seria iniciada do zero. Propôs que o termo “processo seletivo” fosse retirado do texto do último  
276 edital em vigor, caso fosse ele o usado como base para a elaboração do próximo, e afirmou que,  
277 caso existisse uma minuta, não tinha recebido com antecedência. O Conselheiro Milton Pereira de  
278 Carvalho Filho lembrou que o edital precisaria ser publicado 90 dias antes da eleição, portanto o  
279 tempo era escasso, e sugeriu a retomada do edital anterior ao que desencadeou problemas. A seguir,  
280 o Conselheiro Victor da Silva Aquino concordou com as colocações anteriores, perguntou qual seria  
281 o ponto de partida do edital e pediu que, futuramente, documentos pertinentes à pauta fossem  
282 disponibilizados antecipadamente. Indagou, ainda, quais pontos do documento precisariam ser  
283 alterados, de acordo com o STF. Em questão de ordem, o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho  
284 Filho pediu que as conversas paralelas fossem evitadas, a fim de não prejudicar o entendimento das  
285 falas. Então, o Conselheiro Magno Prado Gama Prates pediu compreensão caso precisasse  
286 extrapolar o tempo de fala, uma vez que dependia de interpretação de Língua Brasileira de Sinais -  
287 Libras para comunicar-se. Discorreu acerca da diversidade de representações no CONADE,  
288 criticando ser o único representante das pessoas surdas, enquanto cegos eram três, e lembrou da  
289 ausência de surdocegos e surdos oralizados. Discorreu sobre o trabalho desenvolvido por ele de  
290 acolhimento das demandas destes públicos e apresentação ao Conselho. Questionou se o  
291 Conselheiro Geziel Bezerra da Silva gostaria de complementar a sua fala e refletiu sobre a maior  
292 abrangência de representações. Após, a Conselheira Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de  
293 Oliveira perguntou se o Decreto nº 10.177/2019 tinha sido considerado totalmente inconstitucional  
294 pelo STF, ou apenas um artigo, este último sendo um cenário que simplificaria o debate. Reforçou  
295 que, na realidade, não ocorreu um processo seletivo, e sim uma eleição. O Conselheiro Clóvis  
296 Alberto Pereira concordou que o processo anterior tinha sido eleitoral e acompanhado pelo  
297 Ministério Público, independentemente da nomenclatura utilizada. Informou que eram duas as  
298 entidades de pessoas com deficiência visual, enquanto o Retina Brasil ocupava uma vaga por outro

300 segmento. Indicou que o tempo para elaboração do edital era curto e pediu que fosse usado como  
301 base um edital anterior ao de 2021/2022. Declarou que os conselhos estaduais e municipais  
302 precisavam retornar à composição do CONADE, possivelmente como representantes  
303 governamentais, dado o enriquecimento que aplicavam aos debates. Então, a Conselheira Maria  
304 Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira confirmou que, antes do edital, o decreto precisaria ser  
305 revisto, e o Conselheiro Magno Prado Gama Prates agradeceu a correção feita à sua fala.  
306 Continuamente, o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva parabenizou as colocações dos conselheiros  
307 anteriores, com destaque para o papel dos conselhos estaduais e municipais no CONADE. Declarou  
308 que as alterações propostas pelo STF precisavam ser acolhidas, mas que a elaboração de um decreto  
309 novo seria inviável devido ao pouco tempo disponível. Lembrou da importância dos conselhos  
310 serem garantidos por lei, o que deveria ser atendido antes das eleições presidenciais de 2026.  
311 Garantiu que o CONADE tinha paridade, indicou que os conselhos deveriam ocupar vagas da  
312 sociedade civil e criticou as cadeiras cativas, uma vez que instituições e entidades de classe  
313 deveriam ser aprovadas por meio de processo eleitoral. Na sequência, o Conselheiro Roberto Paulo  
314 do Vale Tiné discorreu sobre o processo feito em 2009, onde a própria assessoria jurídica garantiu  
315 que o CONADE não precisava ser criado por lei específica, por ser citado em diversas leis, o que  
316 indicava que o Congresso ratificava a sua existência, entendimento confirmando em 2019, quando  
317 houve a tentativa de extinção do Conselho. Questionou se a composição atual do CONADE teria  
318 tempo hábil para examinar a decisão do STF, construir uma nova proposta de Regimento Interno,  
319 publicar esse Regimento e fazer um edital de convocação das eleições com 90 dias de antecedência.  
320 Concordou com o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho quanto ao uso do decreto e edital  
321 anteriores como base para os novos documentos e afirmou que os processos de debate de questões  
322 como a composição poderiam ser extensos, o que era inviável devido ao curto espaço de tempo  
323 disponível. Lembrou da sua manifestação contrária ao uso do termo “processo seletivo” quando da  
324 sua instituição, em 2019, e insistiu na retomada da composição anterior. Sugeriu que a próxima  
325 composição debatesse a construção de uma proposta de lei para recriação do CONADE, assim  
326 como possíveis questões a respeito do processo democrático e representativo. Então, o Conselheiro  
327 Cesar Ackar Magalhães argumentou que o decreto anterior ao nº 10.177/2019 não tinha sido  
328 analisado pelo STF, portanto não deveria ser reutilizado, e sugeriu o decreto atual como ponto de  
329 partida, acolhendo-se as correções indicadas pelo Supremo Tribunal Federal. Afirmou que, caso o  
330 decreto antigo fosse determinado como base, faria pedido de vistas ao item de pauta, a fim de

330 apropriar-se do material, que desconhecia. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné explicou que  
331 a proposta visava resgatar a composição anterior e pediu que as eleições fossem conduzidas  
332 conforme orientou o STF, ao que o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães afirmou ter entendido a  
333 proposta, porém discordava dela, dado que o texto anterior não tinha passado pelo crivo do STF e  
334 não era de conhecimento de todos. Posteriormente, a Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro  
335 concordou que os processo de revisão eram demorados e reafirmou que os documentos referentes às  
336 eleições precisavam ser aprovados pelo plenário, porém a próxima reunião dar-se-ia por volta de  
337 fevereiro de 2025. Pediu que o tema fosse amplamente debatido antes de dar-se um  
338 encaminhamento. Subsequentemente, a Conselheira Jô Nunes discordou que os conselhos estaduais  
339 e municipais devessem ocupar vagas da sociedade civil e o Conselheiro Nicolau de Medeiros  
340 Faustino resumiu que a decisão do STF indicava a inconstitucionalidade do Artigo 7º, que fala do  
341 edital e precisaria ser desconsiderado, mas que o Decreto nº 10.177/2019 como um todo não tinha  
342 sido declarado inconstitucional e que portanto não seria necessária a elaboração de um novo texto.  
343 Disse que a decisão mencionava a Resolução nº 35 do CONADE e que o próprio STF orientou  
344 sobre como o próximo processo de escolha da sociedade civil deveria ser conduzido, enquanto a  
345 composição nova poderia pensar na revisão do decreto todo. A Conselheira Ângela Maria de Sousa  
346 Bezerra concordou com o retorno dos conselhos estaduais e municipais, mas pediu a manutenção  
347 dos direitos de instituições voltadas para doenças raras, como a Retina Brasil. Já a Conselheira  
348 Deusina Lopes da Cruz apontou a menção ao CONADE na Lei Orgânica da Assistência Social –  
349 LOAS, especificando a sua composição, de 18 membros paritariamente escolhidos em foros  
350 próprios, sob fiscalização do Ministério Público. Propôs o resgate da legislação efetiva que  
351 caracterizou o Conselho como entidade gestora pública integrada com o sistema de gestão público,  
352 a fim de identificar o formato original pretendido. Em posse da palavra, a Presidente Anna Paula  
353 Feminella informou que o resultado da ação tinha sido encaminhado por e-mail para todos os  
354 conselheiros. Elucidou que a ADPF indicou inconstitucionalidade do Artigo 7º do Decreto  
355 10.177/2019 e reafirmou o Regimento do CONADE, posteriormente lendo a conclusão do processo  
356 e os artigos do Regimento a respeito da composição e eleição conforme referenciados no processo.  
357 Concordou com a proposta de debater-se uma lei própria do CONADE, porém a ser desenvolvida  
358 em momento oportuno. Retomando as manifestações, o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva  
359 endossou a preocupação com o tempo para elaboração das adequações e propôs a prorrogação do  
360 mandato atual, a fim de que houvesse tempo hábil para o trabalho, ao que a Presidente Anna Paula

361 Feminella demonstrou o desejo de não atropelar o processo eleitoral. Ainda, o Conselheiro Wagner  
362 Gonçalves Saltorato questionou se, dada a decisão do STF, o Regimento anterior não poderia ser  
363 utilizado sem alterações. A Presidente Anna Paula Feminella explicou que, pela decisão da ADPF,  
364 retornou-se ao Regimento de 2005 quanto à eleição, uma vez que o aspecto eleitoral dos decretos de  
365 2019 e 2021 tinham sido julgados inconstitucionais. Sugeriu a criação de uma Comissão Eleitoral,  
366 o que o CONADE poderia fazer, ao contrário da prorrogação do mandato, que acreditava não ser  
367 possível. Agradeceu a presença dos servidores da secretaria. Aberta a fala para os convidados  
368 presentes, o Sr. Isaias indicou que o debate não precisaria ter esperado a decisão do STF para  
369 acontecer, dada a sua relevância, e afirmou que tinha ocorrido um processo seletivo controlado pela  
370 Secretaria de Diretos da Pessoa com Deficiência à época, como etapa prévia à eleição para  
371 composição do CONADE, o que levou a Central Única dos Trabalhadores – CUT e a FBASD a não  
372 participarem. Relatou que, para as vagas dos representantes dos trabalhadores, os candidatos não  
373 tiveram direito ao voto. Citou outros debates que precisariam ser feitos em momento oportuno,  
374 como o fim das vagas cativas e a rediscussão da distribuição de vagas. Indicou a reedição da última  
375 composição do CONADE como ação mais plausível e pediu que as entidades se comprometessem a  
376 debater a elaboração da lei do Conselho e o estabelecimento de eleições democráticas. Somou que  
377 nunca antes um processo eleitoral do CONADE tinha sido judicializado e que a ação era resultado  
378 do trabalho de um Governo que não presava pela transparência. A seguir, o Sr. Nelson Khakil  
379 reforçou a importância da lei do CONADE, da representação justa de todas as deficiências no  
380 Conselho e da presença dos conselhos regionais com representações divididas geograficamente.  
381 Então, o Conselheiro Carlos de Sousa reafirmou que o processo seletivo tinha acontecido e insistiu  
382 na participação dos estados e municípios. Resumiu que a decisão do STF fazia justiça em nome das  
383 pessoas com deficiência. Na sequência, a Sra. Cleo discorreu acerca do processo de eleição anterior,  
384 que motivou a ação da FBASD, e falou sobre a estrutura e atuação da Federação. A seguir, o  
385 Presidente do COEDE/GO refletiu sobre a representatividade dentro do Conselho, seja das  
386 instituições ou dos conselhos estaduais e municipais, além de somar que eram eles que elegiam os  
387 delegados para a Conferência Nacional. Mencionou, ainda, que a falta de apoio do CONADE com o  
388 deslocamento poderia inviabilizar a participação dos demais conselhos. O Conselheiro Décio  
389 Gomes Santiago somou que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos - CAC e a Presidência  
390 Ampliada estavam empenhadas em viabilizar o retorno dos conselhos para a composição do  
391 CONADE. Com a palavra, o Sr. Otair Rodrigues Filho pediu que os conselheiros refletissem sobre a

392 lição do STF. Ressaltou que a decisão do STF indicava o retorno do Regimento Interno de 2005,  
393 porém outro Regimento tinha estado vigente após este, e perguntou como a questão seria resolvida  
394 juridicamente. Indicou um desencontro de informações e uma fragilidade do Conselho e requisitou  
395 que o momento fosse visto como enriquecedor. O Sr. Antônio Luiz reforçou a demanda pela  
396 participação dos conselhos estaduais, uma vez que o CONADE era um espaço de controle social, e  
397 citou a capilaridade de representatividade do Fórum Brasileiro de Conselhos Estaduais e do Distrito  
398 Federal dos Direitos das Pessoas com Deficiência - FORBRACE. Continuamente, a Sra. Letícia  
399 Farias discorreu sobre a importância do espaço dos conselhos, com destaque para o esforço feito  
400 pelos conselheiros municipais e estaduais para participarem do CONADE, onde por vezes sequer  
401 tinham fala, e lembrou que a luta de todos era a mesma. Então, a Presidente Anna Paula Feminella  
402 destacou que, conforme o Regimento Interno, a prioridade de fala era dos conselheiros titulares, e  
403 encaminhou para que fosse criada a Comissão Eleitoral até o final do dia, respeitando as inscrições  
404 finais. Anunciou que a Ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaê Evaristo, chegaria com  
405 brevidade para conhecer os membros do CONADE. Ainda, a Conselheira afirmou que vários  
406 conselheiros não tinham recebido o e-mail a respeito da decisão do STF, ao que a Presidente Anna  
407 Paula Feminella prometeu que verificaria no horário de almoço e somou que a ADPF estava sendo  
408 analisada pela Consultoria Jurídica – CONJUR. Retomando a colaboração dos membros, o  
409 Conselheiro Victor da Silva Aquino insistiu que a eleição deveria acontecer e disse que a própria  
410 decisão judicial resolvia o dilema do Artigo 7º, referente ao processo eleitoral, porém não abordou a  
411 composição. Isto posto, sugeriu que o CONADE votasse única e exclusivamente a adoção da  
412 composição do Regimento de 2005, que restabeleceria os assentos de conselhos municipais e  
413 estaduais, trabalhadores em saúde e do Ministério Público, sem entretanto debater demais  
414 representações. Reiterou que, embora o tema não estivesse na pauta, era uma reivindicação de  
415 muitos dos presentes, inclusive representantes destes conselhos. Interrompendo a pauta, a  
416 Presidente Anna Paula Feminella anunciou a presença da Ministra Macaê Evaristo, convidando-a a  
417 ocupar a mesa e agradecendo sua presença. Mencionou, também, a publicação da resolução da 5ª  
418 Conferência Nacional dos Direitos à Pessoa com Deficiência, que os conselheiros receberiam. Em  
419 posse da palavra, o Conselheiro Décio Gomes Santiago deu as boas-vindas à Ministra e explicou a  
420 composição e o escopo do Conselho. Colocou o CONADE à disposição do Ministério dos Direitos  
421 Humanos e Cidadania - MDHC e do Governo Federal, citou o iminente processo de renovação e  
422 agradeceu a presença da Ministra. A Presidente Anna Paula Feminella destacou a presença de



423 representantes de conselhos estaduais e municipais do país todo, além de falar sobre a demanda do  
424 retorno das representações regionais na composição do Conselho. A seguir, a Ministra Macaé  
425 Evaristo demonstrou alegria em conhecer o Conselho, agradeceu o convite para participar e afirmou  
426 que não era possível fazer uma política em prol da emancipação e a dignidade de todas as pessoas  
427 se não fosse uma política construída em conjunto. Disse que o CONADE, assim como outros  
428 conselhos que compunham a gestão do MDHC, tinha um papel fundamental na construção de uma  
429 sociedade mais inclusiva, anticapacitista e justa para as pessoas com deficiência. Reafirmou seu  
430 compromisso com a defesa e a promoção dos direitos humanos e parabenizou o trabalho do  
431 CONADE ao longo dos anos. Citou a comemoração dos 35 anos da Convenção sobre Direitos da  
432 Criança e a importância da luta das organizações da sociedade civil na construção do Estatuto da  
433 Criança e do Adolescente, inclusive aquelas que integravam o CONADE. Contou sobre o  
434 tratamento das crianças com deficiência durante a sua infância, com destaque para a invisibilidade e  
435 para a falta de dignidade. Falou sobre a relevância da escrita de normativas no conjunto do  
436 ordenamento jurídico do país, mas afirmou que isso não bastava e que era necessária a sua  
437 efetivação com políticas públicas. Colocou-se à disposição para ouvir e acolher as demandas e as  
438 pautas de toda a composição do CONADE e garantiu a criação e implementação de políticas  
439 públicas que atendessem as necessidades das pessoas com deficiência, principalmente com a  
440 participação ativa da sociedade civil. Tratou também sobre a agenda do Presidente Luís Inácio Lula  
441 da Silva no âmbito do G20, que englobava uma grande aliança global contra a pobreza e a fome,  
442 olhando para as populações de maior vulnerabilidade. Falou do combate à todo discurso segregador  
443 e de ódio, reiterou seu compromisso em continuar a trabalhar ao lado do CONADE e pediu a  
444 colaboração de todas as instituições representadas com a pauta. Discorreu acerca das dimensões  
445 territoriais do Brasil e sobre a dificuldade de implementar os debates e ideias em todos os cantos do  
446 país, lembrando da necessidade de colaboração de todos os níveis governamentais com as políticas  
447 públicas. Avançando às manifestações, a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra demonstrou  
448 satisfação em conhecer a Ministra e destacou a pauta da política pública de educação na perspectiva  
449 da educação inclusiva. Prometeu encaminhar para a Ministra uma proposta de política pública  
450 nacional, voltada para a permanência de pessoas com deficiência nas universidades. Após, o  
451 Conselheiro Geziel Bezerra da Silva parabenizou a Ministra Macaé Evaristo e pediu que ela  
452 assumisse um compromisso mais ativo com a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência e com  
453 o CONADE, dadas as necessidades da pasta e indicando que ajudaria a espalhar as políticas pelo

454 país. Pediu também o fortalecimento financeiro do Conselho, elogiou o interesse da Ministra em  
455 saber o que acontecia nos municípios e desejou o avanço do Viver Sem Limites. Então, a  
456 Conselheira Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira relatou a situação delicada de  
457 pacientes com doenças graves ou raras e deficiências. Apelou para que a Ministra ajudasse com a  
458 revisão do acordo feito entre o STF e o Ministério da Saúde para redução da judicialização da  
459 saúde, de forma a contemplar o tratamento de todos, e não impositiva ou arbitrária. Resumiu o  
460 escopo do processo, criticou a ausência de participação social no debate e afirmou que a decisão do  
461 STF não espelhava a realidade da população. A seguir, a Conselheira Maria do Carmo Tourinho  
462 Ribeiro relatou o sofrimento de mães de autistas com as falas capacitistas, inclusive dos juízes do  
463 STJ, e falou sobre a necessidade de judicialização contra os planos de saúde que negam  
464 tratamentos. Então, o Conselheiro Décio Gomes Santiago lembrou que era a última reunião no  
465 espaço em que estavam e pediu que o novo plenário tivesse a acessibilidade garantida. Já o  
466 Conselheiro Joelson Costa Dias enalteceu o trabalho da Ministra e falou sobre a 5ª Conferência  
467 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, onde foi demandado o fortalecimento dos  
468 conselhos estaduais e municipais. Pediu o apoio à edição do decreto de criação do Comitê Gestor de  
469 Avaliação Biopsicossocial, que ajudaria a assegurar a cooperação de todos os ministérios na  
470 efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, assim como o aprofundamento dos estudos  
471 técnicos e jurídicos necessários para viabilizar uma lei que formalize a criação e o funcionamento  
472 do CONADE. Sugeriu a criação de um Fundo Nacional para os Direitos das Pessoas com  
473 Deficiência, a fim de promover a garantia de recursos para financiar programas, ações estruturantes  
474 e projetos de inclusão, e pediu que o gabinete da Ministra assumisse o comando de uma estratégia  
475 nacional de educação inclusiva. Ainda, a Conselheira Jô Nunes demonstrou alegria com a  
476 nomeação da Ministra Macaê Evaristo e solicitou capacitações a respeito das questões antirracistas.  
477 O Conselheiro Décio Gomes Santiago agradeceu a Ministra pela escuta e o Sr. Antônio Luiz relatou  
478 sua experiência enquanto criança com deficiência, demonstrando comoção com a fala da Ministra.  
479 Disse que Sergipe tinha o maior índice de pessoas com deficiência do Brasil, somando 12,1% da  
480 sua população, ou 280 mil pessoas. Falou sobre as dificuldades enfrentadas na atualidade no  
481 Sergipe e pediu pressão federal sobre os estados. Ainda, a participante falou sobre o autismo severo  
482 do seu filho, Gabriel, que não ia à escola desde os 11 anos, e a falta de escolas para crianças com  
483 autismo de nível 3 de suporte no Rio de Janeiro, além de pediu ajuda para as mães atípicas. Ainda, o  
484 Conselheiro Décio Gomes Santiago citou algumas pautas do CONADE, como o novo Viver Sem

485 Limite e a avaliação biopsicossocial. Falou sobre a força da militância da sociedade civil e  
486 agradeceu a Ministra Macaé Evaristo, que, por sua vez, agradeceu as manifestações. Colocou-se à  
487 disposição para ouvir as demandas e falou sobre as ações em desenvolvimento no Viver Sem  
488 Limite, como a adesão online e a agenda do Presidente Luís Inácio Lula da Silva com os(as)  
489 prefeitos(as). Ponderou sobre a crise na vacinação contra a poliomielite, lamentou a situação no  
490 Sergipe e concordou que o cuidado, inclusive das pessoas com deficiência, recaía majoritariamente  
491 sobre as mulheres, concluindo que, além de pensar nos cuidados com os autistas nível 3, como  
492 citado, era preciso pensar em uma política para cuidar de quem cuida. Afirmou que ajudaria no  
493 fortalecimento dos conselhos estaduais, demonstrou preocupação com a avaliação biopsicossocial e  
494 resumiu os diálogos com o Ministério da Educação – MEC a respeito de educação inclusiva,  
495 afirmando que o investimento precisava ser na formação e na construção de qualificações de  
496 formação profissional, mas também em ciência e tecnologia com potencial para eliminar barreiras.  
497 Por fim, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães pediu vistas do assunto em pauta, com base no  
498 Artigo 22, Inciso 13, do Regimento Interno. Após o intervalo para almoço e a verificação de  
499 quórum, o Conselheiro Décio Gomes Santiago, a pedido da Presidente Anna Paula Feminella,  
500 encaminhou para que o debate sobre o processo eleitoral fosse retomado na manhã seguinte,  
501 inclusive com relação ao pedido de vistas, feito após o encerramento da reunião. Então, o  
502 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné afirmou que não cabia um pedido de vistas, uma vez que  
503 não tratava-se de um parecer em análise. Já a Conselheira argumentou que o Regimento não citava  
504 que o pedido de vistas era restrito à processos e lembrou da falta de acesso aos documentos que  
505 precisavam ser analisados. Somou que um acordo poderia ser feito caso as entidades não fossem  
506 prejudicadas. Sobre a questão, o Conselheiro Victor da Silva Aquino reiterou que o STF indicou a  
507 manutenção da composição. Indicou que seriam duas matérias para deliberação: o pedido de vistas  
508 e a composição, a última devendo ser feita em momento oportuno, dada a extensão do debate e  
509 tendo em vista que a composição atual estava garantida. Interrompendo a discussão, o Conselheiro  
510 Décio Gomes Santiago insistiu no encaminhamento para que o debate da pauta eleitoral fosse  
511 retomado no dia seguinte, conforme solicitado pela Presidente Anna Paula Feminella. Isto posto, a  
512 alteração da pauta foi aprovada por maioria e o processo eleitoral seria pautado novamente no início  
513 da plenária do dia 27 de novembro. A Conselheira Indiyara de Araújo Moraes confirmou que os  
514 relatos das Comissões seriam feitos no período vespertino do dia seguinte. Ato seguinte, passou-se  
515 ao ponto de pauta sobre Acessibilidade digital para pessoas com deficiência visual, cegos e baixa

visão, nas plataformas Gov.br. Em posse da palavra, a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra informou que a pauta tinha sido solicitada há mais de um ano em decorrência da demanda as pessoas com deficiência visual, cegas e baixa visão, assim como idosos, e agradeceu a presença da convidada. Então, a Sra. Eleidimar Odilia Isaque da Silva, diretora na Secretaria de Governo Digital - SGD, agradeceu o convite e explicou que a Secretaria, além das plataformas, era responsável pela pauta da acessibilidade digital nos serviços públicos, pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG, pela suíte VLibras e pela normativa de acessibilidade digital no âmbito dos serviços públicos. A respeito dos produtos digitais, apontou como mais usado o Gov.br e resumiu o histórico da inclusão e da acessibilidade digital desde o surgimento do governo eletrônico, com destaque para os avanços a partir de 2018. Citou que eram feitas ações de orientação, capacitação, acompanhamento e melhoria dos produtos digitais, embora fosse sabido que as plataformas ainda não era completamente acessíveis, mas que o trabalho estava em constante evolução. Falou sobre as dificuldades de garantia da acessibilidade plena no Gov.br, tendo em vista que tratava-se de uma ferramenta interministerial que abrigava o trabalho desenvolvido por diversos editores de conteúdo, que precisavam atentar-se às boas práticas de acessibilidade, mas nem sempre tinham conhecimento para tal. Explicou o funcionamento do validador automático que estava disponível no Gov.br e indicava os erros de acessibilidade aos editores de conteúdo. Citou duas melhorias feitas ao aplicativo do Gov.br recentemente: a possibilidade do uso da câmera traseira do celular e o comando por voz, assim como o acompanhamento aos comentários quanto à acessibilidade do produto na loja de aplicativos. Comentou sobre as tecnologias com um nível baixo de acessibilidade entregues pelo mercado, a exemplo do Captcha, cujas opções seriam: eliminar o seu uso, utiliza-lo sem acessibilidade ou contratar uma solução de acessibilidade disponível no mercado, sendo a última utilizada à data. Acrescentou que o Captcha passou a surgir durante a interação com o Gov.br apenas quando o sistema desconfiava de que a interação não fosse humana, diminuindo a sua recorrência. Resumiu as ações da Secretaria quanto às questões normativas e de capacitação e afirmou que o objetivo era alcançar todos os públicos, tanto no ponto de vista normativo e orientativo quanto prático. Discorreu acerca do Laboratório de Qualidade em Serviços Públicos - LAB-Q, que contava com uma frente específica de acessibilidade digital e envolvia a produção digital, a área normativa e a área que cuidava da melhoria e da qualidade dos serviços públicos, além de demandar a opinião de pessoas com deficiência, a fim de confirmar se as soluções estavam adequadas. Colocou-se à disposição para ouvir contribuições e reforçou que a acessibilidade ainda

547 tinha muito a melhorar e que o trabalho seria sempre constante. Iniciando as manifestações, o  
548 Conselheiro Rafael Faria Guiger agradeceu a presença da convidada e perguntou se também era de  
549 responsabilidade da Secretaria o SouGov, ao que a Sra. Eleidimar Odilia Isaque da Silva respondeu  
550 que não. Então, o Conselheiro Rafael Faria Guiger falou sobre as dificuldades com a plataforma e  
551 com as demandas constantes para que ele mesmo testasse a acessibilidade, embora o ideal fosse  
552 contratar uma pessoa para a função. Pediu que as soluções fossem padronizadas, assim como a  
553 qualidade da acessibilidade. Após, o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho apontou que a  
554 preocupação com as ações de acessibilidade deveriam partir do Governo e, como integrante da  
555 Coordenação Geral de Tecnologia Assistiva no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação –  
556 MCTI, colocou-se à disposição para colaborar com a pauta. Falou sobre a criação da cultura de  
557 acessibilidade, que deveria ser obrigatória em todos os projetos, e sobre a necessidade de  
558 contratação de bons profissionais da área. A Conselheira Indyara de Araújo Moraes parabenizou a  
559 pauta, perguntou sobre a regulamentação do Artigo 63, assim como a previsão de publicação, e  
560 citou a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT relacionada à acessibilidade em  
561 dispositivos digitais lançada dois anos antes, questionando se um modelo similar para aplicativos  
562 estava sendo pensado. Então, o Conselheiro Joelson Costa Dias agradeceu pela pauta e informou  
563 que apenas 2,9% dos sites brasileiros atendiam os critérios de acessibilidade digital, de acordo com  
564 a *Big Data Corp*, o que comprometia o princípio da universalidade da internet. Além dos leitores,  
565 citou como meios de conquistar-se a acessibilidade os softwares de ampliação e as interpretações de  
566 Libras. Lembrou do comprometimento em âmbito mundial da participação das pessoas com  
567 deficiência em fóruns globais de governança digital, o que não se concretizava, além de relatar que  
568 o G20 e a ONU reconheceram a relevância deste tema para as discussões sobre equidade e  
569 desenvolvimento sustentável. Ressaltou que a discussão deveria ser continuada no CONADE e que  
570 o Governo precisava investir na capacitação das pessoas com deficiência para participação nos  
571 fóruns internacionais de governança digital e sugeriu a criação de programas nacionais de  
572 transformação digital. Propôs ainda: estimular o uso da inteligência artificial para desenvolver  
573 tecnologias assistivas; promover a criação de estruturas de conectividade inclusivas; garantir a  
574 participação multissetorial; acelerar a Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 47/2021, que  
575 garante a inclusão digital como direito fundamental constitucional; e sensibilizar gestores públicos e  
576 demais atores sobre a importância de aplicar as diretrizes de acessibilidade do conteúdo web em  
577 projetos digitais. A Conselheira Indyara de Araújo Moraes pediu mais informações sobre as

578 capacitações que o Governo estava desenvolvendo com relação à pauta. A seguir, a Conselheira  
579 Angela Maria de Sousa Bezerra agradeceu a apresentação e as contribuições e lembrou que os  
580 profissionais capacitados para atuar na área da acessibilidade não eram bem remunerados.  
581 Reivindicou o avanço da navegação através de orientação verbal e listou melhorias que poderiam  
582 ser facilmente aplicadas ao Gov.br, destacando também as dificuldades de pessoas com deficiência  
583 visual ou cega com a biometria e com a assinatura digital de documentos. Criticou as repetidas  
584 solicitações de login, pediu a validação manual por usuário com deficiência visual ou cego em  
585 substituição à automática e explicou que este público poderia atuar como consultor de  
586 acessibilidade. Sugeriu a contribuição de universidades com a acessibilidade e lembrou que, em  
587 paralelo com a pauta, as pessoas com deficiência precisavam também de internet de qualidade para  
588 a plena promoção da inclusão digital. Questionou se as capacitações também eram acessíveis,  
589 cobrou não apenas o estabelecimento da acessibilidade, mas também sua manutenção, e chamou a  
590 atenção para as demandas de pessoas com deficiência na área rural. O Conselheiro Décio Gomes  
591 Santiago pediu que a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra enviasse o relatório que  
592 desenvolveu para ser analisado pelo CONADE. Em resposta, a Sra. Eleidimar Odilia Isaque da  
593 Silva concordou com as colocações do Conselheiro Rafael Faria Guiger sobre a rotatividade de  
594 trabalhadores em prol da acessibilidade e a falta de processos a serem seguidos, inclusive para  
595 contratação. Somou que os editais não contemplavam os testes manuais de acessibilidade e afirmou  
596 que todos os relatos seriam considerados e avaliados. Disse que, no Guia de Acessibilidade Digital,  
597 constava uma seção específica para gestão de projeto, com orientações aos gerentes. Agradeceu a  
598 parceira e a colaboração do Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho e explicou que o eMAG  
599 era um subconjunto simplificado do *Web Content Accessibility Guidelines - WCAG*, o que causou  
600 uma confusão sobre qual diretriz deveria ser seguida pelas equipes, embora ambas fossem iguais.  
601 Em decorrência da dúvida, disse que, em 2022, foi feita a tradução do WCAG, que era um  
602 documento extenso, e falou que estava em desenvolvimento um resumo prático sobre como aplicar  
603 a norma em substituição ao eMAG pela ABNT, que seria a base para as capacitações e cuja  
604 previsão de entrega era meados de 2025. Em suma, anunciou que estariam disponíveis em breve: o  
605 WCAG traduzido, a norma ABNT relacionada a sítios e sistemas e norma ABNT relacionada a  
606 aplicativos móveis. A seguir, discorreu sobre o movimento Web para Todos, concordou com a fala  
607 do Conselheiro Joelson Costa Dias e agradeceu a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra,  
608 arrazoando que algumas questões de acessibilidade apenas poderiam ser indicadas por pessoas com



609 deficiência visual. Reiterou que as pessoas com deficiência não poderiam ser vistas como  
610 consultorias informais e que os consultores profissionais deveriam ser contratados, ao que o  
611 Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho insistiu na profissionalização destas funções e  
612 diferenciou o *tester* do usuário. Ainda, a Sra. Eleidimar Odilia Isaque da Silva propôs um espaço  
613 fixo no CONADE para a SGD participar das reuniões, sendo representada pelos seus diretores de  
614 forma rotativa. Agradeceu os relatos e colocou-se à disposição para contribuir com o CONADE. O  
615 Conselheiro Décio Gomes Santiago agradeceu a Sra. Eleidimar Odilia Isaque da Silva e deixou o  
616 CONADE à disposição para prosseguir com a parceria. Ato seguinte, passou-se ao item de pauta  
617 sobre o Mapeamento Acessa Mais. Com a palavra, a Conselheira Aline Vasconcelos Zeymer  
618 explicou ter solicitado a pauta para apresentar o projeto ao CONADE, que foi desenvolvido pelo  
619 Ministério da Cultura - MinC e pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Resumiu que o  
620 Mapeamento Acessa Mais visava mapear nacionalmente artistas e agentes culturais com deficiência  
621 e profissionais que trabalhavam com acessibilidade cultural através de um cadastro, sendo que o  
622 diagnóstico resultante ajudaria a elaborar políticas públicas para fomentar e incentivar os artistas e a  
623 acessibilidade cultural no Brasil. Falou sobre a composição da equipe de desenvolvimento do  
624 projeto, com destaque para a representante do Centro-Oeste, Sra. Renata Rezende, que se  
625 apresentou como professora do Instituto Federal de Brasília – IFB e pesquisadora da área das artes.  
626 Falou que a parceria entre a UFBA e o MinC buscava identificar quantos artistas no Brasil tinham  
627 deficiência e quais eram os trabalhos desempenhados por eles. Relatou que o site tinha sido  
628 desenvolvido para abrigar o formulário anônimo, pediu a divulgação dele e informou que, até o dia  
629 25 de novembro, 2.322 pessoas tinham se cadastrado, sendo mais de 1.080 artistas e pouco mais de  
630 200 agentes culturais, embora colaborações ainda fossem aceitas. Indicou a disparidade de funções  
631 como um reflexo do capacitismo. Apresentou o site [www.mapeamentoacessamais.com.br](http://www.mapeamentoacessamais.com.br),  
632 destacando a acessibilidade presente, e reafirmou que o objetivo do projeto era a coleta de  
633 informações para elaboração de políticas públicas para artistas e pessoas da área com deficiência.  
634 Resumiu que eram três os tipos de cadastro possíveis: quem é artista com deficiência, quem trabalha  
635 como agente cultural e quem é agente de acessibilidade. Somou que dez bolsistas trabalhavam no  
636 projeto, assim como 30 consultores. Após, a Conselheira Aline Vasconcelos Zeymer confirmou que  
637 o cadastro era simples e rápido e destacou que a interpretação de Libras do site foi feita por  
638 intérpretes e não utilizava o sistema VLibras, que julgou insatisfatório, por traduzir palavra por  
639 palavra e não levar em conta a construção de frases da Libras. Disse que o site foi elaborado pela

640 UFBA sem utilizar o Gov.br, para não depender exclusivamente das opções de acessibilidade do  
641 sistema do Governo. Afirmou que o MinC estava trabalhando em políticas para garantia dos direitos  
642 culturais da pessoa com deficiência, incluindo a edição de duas instruções normativas, para reserva  
643 de vagas para pessoas com deficiência em editais e para determinação da obrigação de medidas de  
644 acessibilidade para projetos culturais. Explicou que tais ações geraram críticas dos gestores  
645 culturais, que julgam não haver interesse suficiente das pessoas com deficiência para o  
646 preenchimento das vagas, ponto que o estudo quer desmistificar. Apontou como outro objetivo do  
647 Mapeamento a ampliação da acessibilidade cultural e, como consequência, do mercado para  
648 audiodescritores, intérpretes de Libras e consultores de acessibilidade. Pediu a ajuda dos presentes  
649 na divulgação do projeto, que estaria aberto para contribuições até 21 de dezembro. Em conclusão,  
650 a Sra. Renata Rezende relatou que, em muitos editais, as pessoas com deficiência não eram  
651 incluídas ou recebiam salários inferiores aos demais e informou que apenas 5% dos editais para  
652 pessoas com deficiência eram corretamente preenchidos. Iniciando as manifestações, o Conselheiro  
653 Rafael Faria Guiger falou sobre sua experiência com as artes e com o reconhecer-se como artistas e  
654 discorreu sobre o direito ao trabalho, relacionando-o com o direito à dignidade. Anunciou ter  
655 preenchido o formulário de forma rápida e sem intercorrências e lembrou que a pessoa com  
656 deficiência podia ser artista, não apenas expectador da arte. Então, a Conselheira Indyara de Araújo  
657 Moraes elogiou a iniciativa e relatou que, na sala da qual participou na Conferência Nacional, foi  
658 citada a ausência de profissionais específicos de Libras para eventos culturais. Falou que o estudo  
659 serviria de subsídio para indicar a existência desse público e para melhorar a remuneração dos  
660 profissionais de acessibilidade. A seguir, o Conselheiro Erico Grassi Cademartori relatou sua  
661 experiência como produtor cultural em Brasília e na elaboração de editais e propôs a capacitação  
662 das pessoas com deficiência para apresentarem seus projetos de maneira adequada.. Após, a Sra.  
663 Eleidimar Odilia Isaque da Silva disse que analisaria a crítica ao VLibras, concordando que era uma  
664 tradução de palavras individuais e avisando que o banco de dados estava em expansão. Explicou  
665 que, para os conteúdos fixos do Gov.br, eram gravados vídeos com intérpretes de Libras, mas que  
666 nos conteúdos atualizados frequentemente a opção era inviável, por isso o uso do VLibras.  
667 Complementando, o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho avisou que uma das entregas do  
668 programa Viver Sem Limite era a Central de Libras, que utilizaria os recursos de inteligência  
669 artificial - IA. Na sequência, a Sra. Renata Rezende somou que o uso de avatares na interpretação  
670 de Libras era controverso, falou do impacto esperado das IAs, que demandaria critérios para sua

671 aplicação, e concordou que, por exemplo em sites de notícias, a interpretação de Libras humana era  
672 inviável. Relatou que os editais de cultura, muitas vezes, não especificavam a área que a pessoa  
673 com deficiência poderia trabalhar ou rebaixavam estas pessoas até mesmo à situações análogas à  
674 escravidão. Pediu maior rigor nos editais e na distribuições de vagas, algo com o que o CONADE  
675 poderia contribuir. Por fim, a Conselheira Aline Vasconcelos Zeymer agradeceu o espaço no  
676 Conselho e as contribuições feitas e falou sobre a necessidade de implementação de uma cultura de  
677 acesso. Explicou que, no âmbito cultural, usava-se a acessibilidade estética, que abrangia as  
678 especificidades culturais, ou o tradutor, diferentemente da acessibilidade formal. Sobre o VLibras,  
679 argumentou que deveria ser uma ferramenta complementar, não principal, e abriu espaço para que o  
680 Conselheiro Rafael Faria Guiger tocasse seu pífano. **ENCERRAMENTO 26/11/2024:** Feitos os  
681 agradecimentos e não havendo mais nenhum item a ser tratado, o Conselheiro Décio Gomes  
682 Santiago agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia da 140ª Reunião Ordinária do  
683 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). **ABERTURA 27/11/2024:**  
684 A Presidente Anna Paula Feminella iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de  
685 todos. Lembrou que o CONADE tinha diversas responsabilidades, incluindo o monitoramento do  
686 cumprimento da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e o  
687 compromisso de induzir, indicar e avaliar os trabalhos dos governos estaduais, municipais e federal  
688 em apoio aos conselhos regionais. Anunciou que a pauta do dia estava apertada e que iniciaria com  
689 o processo eleitoral do CONADE e os informes. Resumiu os debates do dia anterior sobre a eleição,  
690 lembrando que o mandato da composição atual encerrar-se-ia em março de 2025, mas que o novo  
691 edital precisava ser divulgado 90 dias antes da eleição. A seguir, o Conselheiro Décio Gomes  
692 Santiago saudou os presentes, elogiou os debates do dia anterior e encaminhou para a verificação de  
693 quórum. Verificada a existência de quórum, retomou-se a pauta do processo eleitoral. Em posse da  
694 palavra, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos relatou a inquietação da plenária sobre o  
695 processo eleitoral e reiterou que apenas um artigo do Decreto vigente tinha sido declarado  
696 inconstitucional. Resumiu que o CONADE desejava o retorno do AMPID e dos conselhos regionais  
697 à sua composição, mas que a temática da composição não poderia ser prontamente debatida devido  
698 à indisponibilidade de tempo. Informou que a proposta da Presidência Ampliada era a criação de  
699 um Grupo de Trabalho na presente reunião para que a próxima gestão discutisse a composição e  
700 criasse um projeto de lei do CONADE. Iniciando as manifestações, o Conselheiro Clóvis Alberto  
701 Pereira opinou que o GT, embora necessário, deveria ser criado apenas na próxima gestão, devido

702 ao seu objetivo. A seguir, a Conselheira Sueli Francisca Vieira explicou que a decisão da ADPF  
703 envolveu a restrição de participação e a diversidade das pessoas que compõem o Conselho e pediu a  
704 retomada da composição que incluía os conselhos estaduais e municipais, como foi amplamente  
705 defendido no dia anterior. Concordou tanto com a criação da Comissão Eleitoral quanto com o  
706 adiamento do GT para a próxima gestão. Na sequência, o Conselheiro Victor da Silva Aquino  
707 criticou a proposta da Presidência Ampliada e insistiu na representação dos conselhos regionais,  
708 independentemente se na vaga de Governo ou sociedade civil, afirmando que a votação da  
709 composição poderia ser feita em tempo hábil. Explicou a votação poderia ser entre retomar a  
710 composição de 2005 ou incluir a AMPID como integrante da sociedade civil e o conselho estadual  
711 como governamental, sem precisar de mudança no Regimento Interno e aumentando apenas um  
712 conselheiro em cada representação. Então, o Conselheiro Décio Gomes Santiago informou que a  
713 CONJUR orientou que os conselheiros municipais e estaduais deveriam ocupar vagas da esfera  
714 governamental. Após, o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva se disse contemplado com a proposta  
715 anterior, mas lembrou que a AMPID deveria disputar uma vaga como as demais entidades de  
716 sociedade civil e pediu o fim das cadeiras cativas. O Conselheiro Daniel Faganello perguntou se a  
717 participação dos conselhos estaduais e municipais tinha sido revogada via decreto federal e se seria  
718 possível o CONADE instituí-la novamente. Posteriormente, o Conselheiro Nicolau de Medeiros  
719 Faustino respondeu que a composição do CONADE era estabelecida por decreto, que não foi  
720 questionado pelo STF, mas não poderia ser alterada sem mudar o documento, o que seria inviável  
721 devido ao tempo. Concordou com a criação do GT para discutir formas de incluir outras  
722 representações futuramente e também discordou das cadeiras cativas. Reforçou que a decisão do  
723 STF respaldava que o processo eleitoral de 2005 fosse replicado, não alteração na composição do  
724 Conselho. Cedida a palavra, a Sra. Letícia Farias falou sobre a luta para o retorno da vaga dos  
725 conselhos regionais ao CONADE, que desenrolava-se há dois anos, cobrou a participação social e a  
726 efetivação da democracia e insistiu que não poderia haver um retrocesso na luta pela representação.  
727 O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva solicitou uma questão de ordem para reforçar a fala anterior,  
728 mas foi interrompido e a Presidente Anna Paula Feminella pediu que aguardasse sua vez, uma vez  
729 que o assunto não era uma questão de ordem. Isso posto, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães  
730 lembrou do seu pedido de vistas da pauta no dia anterior e concordou que os conselhos deveriam ter  
731 uma vaga no CONADE, assim como a AMPID. Explicou que seu pedido de vistas não foi pelo  
732 mérito do ponto em discussão, mas sim pelo método e pela falta de conhecimento sobre os

733 documentos envolvidos. Julgou que o Conselho deveria ter autonomia para discutir sua composição  
734 sem tirar espaço de segmento algum e endossou a proposta do Conselheiro Victor da Silva Aquino.  
735 Disse que os conselhos deveriam ocupar uma vaga do poder público e falou que a burocracia para  
736 elaboração e lançamento do decreto não deveria impedir o CONADE de demonstrar  
737 emponderamento através da decisão da sua composição. Por fim, retirou seu pedido de vistas. Em  
738 seguida, o Sr. Otair Rodrigues Filho entendeu que a decisão do STF não interferia na composição  
739 do Conselho, mas questionou o futuro dos COEDs sem a participação deles no CONADE.  
740 Criticou a decisão de tirar do Conselho as representações estaduais. Então, o Conselheiro Roberto  
741 Paulo do Vale Tiné contextualizou a existência do Decreto nº 10.177/2019, dizendo que o  
742 documento recriou o CONADE em um momento em que o Governo Federal tentou extingui-lo.  
743 Disse que a retirada dos conselhos estaduais decorreu-se da insatisfação do Governo com a  
744 participação deles que, embora ocupassem uma cadeira governamental, atuavam como  
745 representantes da sociedade civil. Somou que a saída da AMPID deu-se como um ataque do  
746 Governo ao Ministério Público e apontou que, caso não houvesse reparação por falta de tempo, o  
747 CONADE perderia uma oportunidade de corrigir uma injustiça. Confirmou que o tempo era  
748 insuficiente para os tramites de publicação de um decreto, lamentando-se e reafirmando que não  
749 concordou com a condução do Governo anterior. Propôs a criação do GT, porém não a  
750 determinação da sua composição, para reformulação do Regimento Interno, podendo este incluir a  
751 previsão da convocação de uma eleição complementar para as cadeiras que viriam a ser criadas, no  
752 caso para os conselhos estaduais e a AMPID. A seguir, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira  
753 apontou que o retorno tanto dos conselhos estaduais quanto municipais era imprescindível e que a  
754 saída deles não deveria ser atribuída ao CONADE. Relembrou que, durante o Governo anterior, os  
755 integrantes do Conselho fizeram tudo que estava a seu alcance em prol da pauta e discorreu sobre os  
756 efeitos das decisões políticas em instâncias como o CONADE. Argumentou que, uma vez que o  
757 tempo era insuficiente para alterar a composição, o melhor caminho era prosseguir com os trabalhos  
758 de forma a evitar a inatividade do Conselho. Falou que, futuramente, poderiam ser debatidas as  
759 demais representações, a fim de dar mais espaço aos conselhos regionais, o que indicou como um  
760 processo doloroso. Ato seguinte, a Presidente Anna Paula Feminella falou sobre as lutas de  
761 reconstrução do Conselho nos últimos dois anos e enfatizou seu desejo de aumentar as  
762 representações e tornar o CONADE cada vez mais participativo. Lembrou que o STF questionou a  
763 eleição da atual composição, que corria o risco de ser suspensa, e disse que a decisão foi por

764 aguardar a tramitação do processo antes de decidir-se sobre o processo eleitoral ou a composição.  
765 Lamentou as ausências citadas e pediu a diferenciação entre os desejos e a realidade institucional.  
766 Explicou que a mudança do decreto levaria à uma extensão da presente composição, já questionada  
767 pelo STF, o que colocaria o Conselho em uma situação de insegurança jurídica. Somou que o  
768 Regimento do CONADE não tinha poder para alterar o número de integrantes por estar abaixo do  
769 Decreto, que não tinha sido completamente anulado. Sugeriu a criação de uma comissão temática,  
770 com duração de três meses, para propôs a nova composição através de novo decreto, incorporando  
771 os conselhos e a AMPID já na nova composição, o que resultaria no processo eleitoral como já era  
772 conhecido para as 18 vagas e um processo eleitoral diminuto, mais adiante, para estabelecimento  
773 das vagas propostas pela comissão. Indicou também que, até a efetivação das novas vagas, o  
774 CONADE poderia arcar com as despesas de passagem e hospedagem dos representantes de dois  
775 conselhos regionais para participação das reuniões com direito à voz, a serem escolhidos pelo  
776 FORBRACE. A seguir, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães questionou se o prazo para fazer  
777 uma eleição com o último decreto, mudando apenas os apontamentos do STF, era diferente do prazo  
778 de se fazer uma nova eleição incluindo a AMPID e os conselhos, ao que o Conselheiro Nicolau de  
779 Medeiros Faustino detalhou as etapas envolvidas na mudança das condições do decreto, incluindo os  
780 debates internos, a análise jurídica e da secretaria executiva e a tramitação na Casa Civil, que  
781 também poderiam gerar debates. Explicou novamente a proposta da Presidente Anna Paula  
782 Feminella, reiterando que as representações eleitas em decorrência do trabalho da comissão  
783 temática teriam mandatos mais curtos, a fim de igualar-se com o mandato dos demais representantes  
784 da sociedade civil, e viu a proposta como uma forma de contemplar as demandas dos conselheiros.  
785 O Conselheiro Décio Gomes Santiago registrou a presença do ex-Conselheiro Neto. Então, o  
786 Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira refletiu sobre os prazos para publicação do  
787 decreto e realização da eleição, que seria adiada caso o decreto fosse reeditado. Arrazouou que o  
788 Governo atual não poderia ser acusado de não acolher a participação social e apoiou o  
789 encaminhamento da Presidente Anna Paula Feminella, assim como a criação da Comissão Eleitoral.  
790 O Conselheiro Daniel Faganello perguntou se o CONADE poderia solicitar a revogação dos  
791 decretos que foram emitidos pelo Governo anterior, ao que o Conselheiro disse que revogações  
792 eram complexas, mas que o Conselheiro Nicolau de Medeiros Faustino poderia encaminhar uma  
793 moção orientando o Governo para que fizesse a revisão dos decretos e, possivelmente, a revogação  
794 daqueles incompatíveis com as propostas do Governo atual. Então, o Conselheiro Geziel Bezerra da



795 Silva reforçou que a saída dos conselhos regionais da composição não era culpa do CONADE e  
796 citou pareceres da CONJUR que indicavam impedimentos para o retorno das vagas dos conselhos,  
797 por isso da necessidade de ação judicial, embora o Conselho tenha trabalhado em prol das  
798 representações. Criticou o tema não ter sido tratado antes, contudo argumentando que o CONADE  
799 desenvolveu várias atividades durante a presente gestão, incluindo a Conferência Nacional. Propôs  
800 que o Conselho elaborasse uma Resolução para que os conselhos municipais e estaduais pudessem  
801 participar das plenárias sem estar no decreto. Com a palavra, o Conselheiro Décio Gomes Santiago  
802 afirmou que a Presidente Anna Paula Feminella lutava pelo retorno das representações desde que  
803 assumiu a presidência e garantiu que nenhum conselheiro era contra a participação dos conselhos  
804 regionais, mas a questão jurídica precisaria ser respeitada. Ainda, o Sr. Nelson Khakil apontou o  
805 consenso de que os conselhos estaduais eram parte do CONADE, compreendeu as questões  
806 jurídicas envolvidas e apoiou o encaminhamento da Presidente Anna Paula Feminella. Reivindicou  
807 que o direito de voz dos conselhos estaduais fosse garantido em todas as reuniões e que eles  
808 pudessem participar das comissões, também com direito à voz. A Sra. Emília de Paiva Aguiar  
809 sensibilizou-se com a fala da Sra. Letícia Farias e comparou a realidade dela, que vive na cidade  
810 mais rica do país, com a sua própria, no Amazonas, onde os recursos são escassos. Disse que o ideal  
811 seria ter as cinco regiões do país contempladas, por conta da diversidade, o que entendia ser  
812 inviável, sugerindo no mínimo uma representação estadual e uma municipal, sendo que os  
813 representantes das demais regiões também deveriam ter direito à voz. Continuamente, a Presidente  
814 Anna Paula Feminella saudou o ex-Presidente do CONADE, Moisés Bauer, que estava presente, e  
815 falou sobre sua história enquanto ativista dos movimentos sociais pela participação e qualificação  
816 do protagonismo das pessoas com deficiência, que passava pela ampliação e qualificação da  
817 participação social. Leu um trecho da Carta de Brasília, elaborada na 5ª Conferência Nacional e que  
818 reafirmava o compromisso do Conselho com a participação social e o protagonismo da pessoa com  
819 deficiência. Disse que a Comissão Eleitoral seria definida na presente reunião, conforme  
820 determinação da ADPF, e insistiu na criação da comissão temática proposta, que seria paritária e  
821 contaria com seis integrantes, conforme orienta o Regimento Interno. Para compor a comissão  
822 temática, propôs: Casa Civil, MDHC, dois representantes da sociedade civil do CONADE e dois  
823 externos, possivelmente o FORBRACE e a FBASD, autora da ADPF. Confirmou que convidados  
824 externos eram permitidos e disse que a comissão precisaria de agilidade nos seus trabalhos, a serem  
825 desenvolvidos remotamente e com base no consenso da plenária. Sugeriu também a composição

826 com seis integrantes do CONADE e dois convidados externos. A participante perguntou se o  
827 escopo da comissão temática limitar-se-ia a incluir as representações mencionadas no Conselho, ao  
828 que a Presidente Anna Paula Feminella reafirmou que a comissão apresentaria uma proposta de  
829 reestruturação do CONADE, em formato de decreto ou projeto de lei. Então, o Conselheiro lembrou  
830 que os conselheiros que tinham feito propostas diferentes da que estava em votação precisavam  
831 retirá-las e demonstrou preocupação com a vacância do Conselho, caso não o fizessem. Já o  
832 Conselheiro Cesar Ackar Magalhães declarou não estar completamente convencido da proposta  
833 exposta, argumentando que o prazo para elaboração de um decreto seria o mesmo,  
834 independentemente do seu escopo, seja eleitoral ou a respeito da composição. Somou que os  
835 conselheiros poderiam concordar com a postergação da mudança da composição ou não, o último  
836 caso indicando que seria de responsabilidade do Governo viabilizar a nova composição em tempo  
837 hábil. Após, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos resumiu que estava vivendo um dos dias  
838 mais tristes da sua história do CONADE e falou que muitos tentavam indicar culpados, mas não  
839 assumiam suas culpas. Reforçou que nem todas as vontades poderiam ser cumpridas e que os prazos  
840 precisariam ser respeitados, além de elogiar a fala do Sr. Nelson Khakil. Sugeriu que a comissão  
841 temática fosse composta apenas por integrantes do CONADE, com a prerrogativa de permitir-se a  
842 participação de convidados. Então, o Conselheiro Victor da Silva Aquino retirou sua proposta  
843 anterior, tendo em vista uma possível insegurança jurídica. Propôs a realização de reuniões entre a  
844 CAC e a FORBRACE, preferencialmente 20 dias úteis antes de todas as reuniões ordinárias do  
845 CONADE, a fim de validar o direito de voz dos conselhos estaduais e municipais via conselheiros  
846 integrantes da CAC, dinâmica a ser desenvolvida até a efetivação dos trabalhos da comissão  
847 temática. Em seguida, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné resumiu que eram dois os debates  
848 em andamento: a eleição e a composição, e explicou que poderiam participar da Comissão Eleitoral  
849 apenas entidades da sociedade civil que não se candidatariam, no caso a Ordem dos Advogados do  
850 Brasil – OAB e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA. Ainda, disse que a  
851 comissão temática não faria a revisão do Regimento Interno, mas sim uma alteração pontual sobre a  
852 composição do Conselho, e recomendou que a aprovação do trabalho fosse feita em reunião virtual  
853 do CONADE daí três meses, uma vez que o assunto já tinha sido amplamente debatido.  
854 Argumentou que, após a aprovação, teria início a tramitação burocrática do documento e questionou  
855 se a próxima gestão poderia invalidar o trabalho da comissão. O Conselheiro Cesar Ackar  
856 Magalhães perguntou se o representante que não iria concorrer novamente à uma vaga poderia

857 compor a Comissão Eleitoral, ao que o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné respondeu que não,  
858 que nenhum representante de entidade que pretendia concorrer poderia participar,  
859 independentemente se a representação seria mantida ou alterada. A seguir, o Conselheiro Geziel  
860 Bezerra da Silva também encaminhou para que a OAB e o CONFEA participassem da Comissão  
861 Eleitoral, por terem cadeira cativa e não participarem da eleição, além do Ministério Público. Em  
862 suma, o Conselheiro Décio Gomes Santiago disse que poderiam participar da comissão temática  
863 enquanto convidados a AMPID, a FORBRACE e a FBASD. O Conselheiro Daniel Faganello, como  
864 representante do CONFEA, colocou-se à disposição para participar de ambas as comissões. Então, a  
865 Presidente Anna Paula Feminella encaminhou para votação a criação da comissão temática para  
866 propor a nova composição do Conselho, com duração de três meses, sem prorrogação, e seis  
867 representantes do CONADE e mais quatro convidados, sendo eles: AMPID, FBASD e conselhos  
868 estaduais e municipais. A criação da comissão temática foi aprovada por unanimidade e  
869 colocaram-se como candidatos a participar pela sociedade civil: Conselheiro Roberto Paulo do Vale  
870 Tiné, representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do  
871 Branco do Brasil e da Comunidade - APABB; Conselheiro Victor da Silva Aquino, representante da  
872 Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO; Conselheiro Daniel Faganello, do  
873 CONFEA; Conselheiro Cesar Ackar Magalhães, da Retina Brasil; Conselheiro Geziel Bezerra da  
874 Silva, da Organização Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência Física - ONEDEF;  
875 Conselheiro Adinilson Marins dos Santos, representante da Federação Nacional das Associações de  
876 Pais e Amigos dos Excepcionais – FENAPAES. A Presidente Anna Paula Feminella apontou que  
877 eram seis candidatos para três vagas da sociedade civil e o Conselheiro Décio Gomes Santiago  
878 questionou a participação dos integrantes da CAC, o que foi criticado pelo Conselheiro, que sugeriu  
879 a votação nominal. Continuamente, a Presidente Anna Paula Feminella encaminhou para que cada  
880 conselheiro titular ou suplente na titularidade votasse em três candidatos. A votação decorreu  
881 conforme segue: a Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro votou nos Conselheiros  
882 Adinilson Marins dos Santos, Victor da Silva Aquino e Geziel Bezerra da Silva; O Conselheiro  
883 Victor da Silva Aquino votou em si mesmo e nos Conselheiros Roberto Paulo do Vale Tiné e Cesar  
884 Ackar Magalhães; a Conselheira Jô Nunes votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos,  
885 Daniel Faganello e Geziel Bezerra da Silva; a Conselheira Maria Cecília Jorge Branco Martiniano  
886 de Oliveira votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos, Daniel Faganello e Cesar Ackar  
887 Magalhães; o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné votou nele mesmo e nos Conselheiros

888 Adinilson Marins dos Santos e Daniel Faganello; o Conselheiro Daniel Faganello votou nele  
889 mesmo e nos Conselheiros Cesar Ackar Magalhães e Geziel Bezerra da Silva; o Conselheiro Décio  
890 Gomes Santiago votou nos Conselheiros Geziel Bezerra da Silva, Adinilson Marins dos Santos e  
891 Victor da Silva Aquino; o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos votou nele mesmo e nos  
892 Conselheiros Daniel Faganello e Victor da Silva Aquino; o Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira  
893 Brito votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos, Cesar Ackar Magalhães e Geziel  
894 Bezerra da Silva; o Conselheiro Magno Prado Gama Prates votou nos Conselheiros Adinilson  
895 Marins dos Santos, Cesar Ackar Magalhães e Geziel Bezerra da Silva; o Conselheiro Clóvis Alberto  
896 Pereira votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos, Cesar Ackar Magalhães e Victor da  
897 Silva Aquino; o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva votou nele mesmo e nos Conselheiros Cesar  
898 Ackar Magalhães e Daniel Faganello; o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães votou nele mesmo e  
899 nos Conselheiros Daniel Faganello e Geziel Bezerra da Silva; a Conselheira Cremilda Bastos Cravo  
900 votou nos Conselheiros Cesar Ackar Magalhães, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor da Silva  
901 Aquino; o Conselheiro Nicolau de Medeiros Faustino votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos  
902 Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor da Silva Aquino; o Conselheiro Milton Pereira de  
903 Carvalho Filho votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e  
904 Victor da Silva Aquino; a Conselheira Patrícia Luiza Ferreira Rezende votou nos Conselheiros  
905 Adinilson Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor da Silva Aquino; a Conselheira  
906 Aline Vasconcelos Zeymer votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos, Daniel Faganello  
907 e Victor da Silva Aquino; o Conselheiro Wallace Dias Freitas votou nos Conselheiros Adinilson  
908 Marins dos Santos, Daniel Faganello e Roberto Paulo do Vale Tiné; o Conselheiro Erico Grassi  
909 Cademartori votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e  
910 Victor da Silva Aquino; o Conselheiro Nelson Luiz dos Santos Tomassini votou nos Conselheiros  
911 Adinilson Marins dos Santos, Daniel Faganello e Victor da Silva Aquino; a Conselheira Sueli  
912 Francisca Vieira votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné  
913 e Victor da Silva Aquino; a Presidente Anna Paula Feminella votou nos Conselheiros Adinilson  
914 Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor da Silva Aquino; a Conselheira Anna  
915 Dorothea Dause Treno votou nos Conselheiros Adinilson Marins dos Santos, Daniel Faganello e  
916 Roberto Paulo do Vale Tiné; o Conselheiro Natan Monsores de Sá votou nos Conselheiros  
917 Adinilson Marins dos Santos, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor da Silva Aquino; o Conselheiro  
918 Rafael Faria Guiger votou nos Conselheiros Daniel Faganello, Roberto Paulo do Vale Tiné e Victor

919 da Silva Aquino. Por fim, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos recebeu 20 votos, o  
920 Conselheiro Victor da Silva Aquino 17 votos e o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné 13 votos,  
921 sendo estes os mais votados e, portanto, eleitos. Ainda, o Conselheiro Daniel Faganello recebeu 12  
922 votos e os Conselheiros Cesar Ackar Magalhães e Geziel Bezerra da Silva tiveram 9 votos cada.  
923 Ato seguinte, a Presidente Anna Paula Feminella perguntou quais representantes do Governo  
924 tinham interesse em compor a comissão, candidatando-se o Conselheiro Nicolau de Medeiros  
925 Faustino, da Casa Civil, e a Conselheira Sueli Francisca Vieira, do MDHC, assim como ela mesma.  
926 Não havendo manifestações, a composição foi aprovada por unanimidade. Sugeriu o  
927 encaminhamento de convites para colaborar com a comissão temática à FBASD, à AMPID e aos  
928 conselhos municipais e estaduais, por meio do FORBRACE. O Conselheiro apresentou como  
929 informação preliminar que eram entre 200 e 300 conselhos municipais do país, uma fração pequena  
930 diante dos 5.575 municípios existentes. Perguntou se o convite poderia gerar um conflito de  
931 interesse por parte da AMPID e da FBASD, que tinham interesse nas novas vagas, porém a  
932 Presidente Anna Paula Feminella lembrou que as entidades teriam apenas voz, não voto, por serem  
933 convidados, além do que o relatório produzido pela comissão precisaria ser aprovado pelo  
934 CONADE. Ainda, o Conselheiro Milton Pereira de Carvalho Filho lembrou a proposta do  
935 Conselheiro Adinilson Marins dos Santos sobre a comissão ter autonomia para definir seus  
936 convidados. Em resposta, a Presidente Anna Paula Feminella argumentou que a definição imediata  
937 dos convidados daria agilidade aos trabalhos, pois as entidades poderiam ser convidadas à data. Já a  
938 Sra. Isana, Secretária Executiva do CONADE, relatou que o Regimento Interno previa que as  
939 comissões temáticas tivessem autonomia para convidar pessoas externas para participar das  
940 reuniões e o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães apontou que estabelecer os convidados seria uma  
941 ação de atropelamento dos trabalhos da comissão. A Presidente Anna Paula Feminella repetiu que o  
942 objetivo era acelerar os trabalhos e o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné lembrou que a  
943 FBASD seria convidada por ter sido ela a iniciar a ação no STF. Entretanto, o Conselheiro Décio  
944 Gomes Santiago afirmou que a FBASD não tinha participado do processo eleitoral anterior por  
945 opção. Em conclusão, a Presidente Anna Paula Feminella declarou que a comissão definiria seus  
946 convidados e encaminhou para votação a proposta do Conselheiro Victor da Silva Aquino sobre a  
947 reunião da CAC e da FORBRACE, que foi aprovada por unanimidade. Ato seguinte, seguiu para a  
948 eleição da Comissão Eleitoral, sendo que o Regimento Interno exigia um representante do  
949 Ministério Público, a ser indicado por ele; um representante da sociedade civil do CONADE, cuja

entidade não concorreria a uma vaga; e um representante do MDHC. Assim sendo, o Conselheiro Daniel Faganello, como representante do CONFEA, membro com cadeira cativa, candidatou-se e foi aprovado por unanimidade. A Presidente Anna Paula Feminella informou que o Ministério Público seria oficializado para fazer sua indicação, sendo que pela MDHC integrariam a comissão ela mesma ou o Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira. Após o intervalo e feita a verificação de quórum, a Presidente Anna Paula Feminella encaminhou para eleição do representante do CONADE para participar da oficina de avaliação biopsicossocial, de 12 a 14 de dezembro, em Brasília. Disponibilizaram-se o Conselheiro Décio Gomes Santiago e o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné, este último justificando sua candidatura por ter participado do grupo de trabalho da avaliação biopsicossocial. Já o Conselheiro Décio Gomes Santiago argumentou que fazia parte do Colegiado dos Conselhos Estaduais, que tinha articulado a participação do CONADE no processo e que era uma pessoa com deficiência. Votaram no Conselheiro Décio Gomes Santiago os conselheiros: Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Victor da Silva Aquino, Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Daniel Faganello, Jonas Pontes de Oliveira Brito, Clóvis Alberto Pereira, Geziel Bezerra da Silva, Cesar Ackar Magalhães, Aline Vasconcelos Zeymer, Wallace Dias Freitas, Sueli Francisca Vieira, Arthur de Almeida Medeiros e ele próprio. Votaram no Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné os conselheiros: Milton Pereira de Carvalho Filho, Adinilson Marins dos Santos e ele próprio. Abstiveram-se a Conselheira Patrícia Luiza Ferreira Rezende, o Conselheiro Rafael Faria Guiger, o Conselheiro Erico Grassi Cademartori e a Presidente Anna Paula Feminella. Isto posto, o Conselheiro Décio Gomes Santiago foi escolhido com 16 votos, contra três do Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné e quatro abstenções. Ato seguinte, a Presidente Anna Paula Feminella avançou para a Apresentação do Relatório da Comissão de Políticas Públicas – CPP. Com a palavra, o Conselheiro Magno Prado Gama Prates iniciou o relato tratando do caso Felipe Santos de Oliveira, autista e estudante de medicina que solicitou ajuda para identificar alternativas de suporte financeiro para cobrir metade dos custos de sua faculdade de medicina, dado que conseguiu um empréstimo para arcar com metade dos custos. Explicou que o interessado não se enquadrava nos critérios do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES e buscava orientação sobre possíveis caminhos para superar as barreiras, tendo interesse em bolsas de estudo voltada para pessoas com deficiência ou em situações de vulnerabilidade. Fez a leitura da resposta elaborada pela CPP, com esclarecimentos baseados nas políticas vigentes e indicando que o CONADE não tinha parcerias com instituições privadas para ofertar bolsas ou financiamentos



981 estudantis. A seguir, falou sobre a ação ajuizada pelo Conselho Federal de Medicina - CFM para  
982 declarar a nulidade das Cláusulas 6, 7 e 8 do Edital nº 3/2024 do Exame Nacional de Residência  
983 Médica – ENARE, conduzido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Explicou que a  
984 ação buscava impedir que médicos se beneficiassem das cotas reservadas para negros, indígenas,  
985 quilombolas e pessoas com deficiências nas vagas do exame. Disse que a contestação das cotas  
986 poderia impactar negativamente a política de ações afirmativas no país. Encaminhamentos:  
987 convidar representantes do ENARE e do CFM para discutir a situação junto ao pleno do CONADE  
988 e manifestação da Comissão de Atos Normativos e da Presidência do CONADE junto à Comissão  
989 de Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara Federal para conhecimento e incidência direta do  
990 processo. Após, tratou da demanda de Caio Gabriel Pereira com relação às informações fornecidas  
991 para acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, ao que a CPP respondeu. Relatou, ainda,  
992 sua ida à Câmara dos Deputados na tentativa de articular a tramitação do Projeto de Lei nº  
993 1.271/2019, sobre vaga para surdos, videoprovas em concursos públicos e editais disponibilizados  
994 em Libras e solicitou o apoio do CONADE ao projeto de lei. Em conclusão, o relato da CPP foi  
995 aprovado por unanimidade. Ato seguinte, passou-se para apresentação do relatório da Comissão de  
996 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e  
997 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC. Em posse da palavra, o Conselheiro Daniel Faganello fez a  
998 leitura do relato da CMC, com destaque para a apresentação sobre uma pesquisa feita pelo  
999 Observatório da Deficiência da Universidade de Brasília, que teve como objetivo avaliar a  
1000 implementação da Convenção no Brasil, sugerindo que a apresentação fosse feita na plenária. Disse  
1001 que, em atendimento à proposta do Conselheiro Joelson Dias, a Comissão deliberou pela  
1002 instauração de processo para avaliação da atribuição do CONADE, como um dos órgãos dos  
1003 internos no Brasil responsáveis pelo monitoramento da implementação da Convenção da ONU, bem  
1004 como das diretrizes, critérios e indicadores que deveriam ser definidos para o referido  
1005 monitoramento. Sobre o acompanhamento do trabalho de revisão das leis e projetos de lei sobre  
1006 direitos da pessoa com deficiência, à luz da Convenção, informou que o relatório seria apresentado  
1007 na última reunião da composição, assim como o acompanhamento da análise de revisão do Código  
1008 Civil. Não havendo manifestações, o Relatório da CMC foi aprovado pela unanimidade dos  
1009 presentes. Continuamente, seguiu-se para a apresentação do Relatório da Comissão de  
1010 Comunicação Social – CCS. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné fez a leitura do documento,  
1011 a começar pela distribuição de atividades a serem desenvolvidas pelos integrantes quando à

1012 atualização de postagens no Instagram e a lista de assuntos a serem abordados nas páginas do  
1013 CONADE. Em votação, o relatório da CCS foi aprovado por unanimidade. A Presidente Anna  
1014 Paula Feminella apresentou as versões impressas da Carta de Brasília e do documento sobre  
1015 Criação, Funcionamento e Reestruturação dos Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito  
1016 Federal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Avisou que o material estava disponível  
1017 no site da 5ª Conferência Nacional e seria incluído na página do CONADE do site do MDHC, além  
1018 de pedir a divulgação. Em complementação, a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra  
1019 informou que a Retina Brasil solicitou a permanência do site da Conferência no ar, por conter uma  
1020 quantidade ampla de informações e servir como uma memória do evento. Pediu a divulgação de  
1021 todas as páginas do CONADE. O Conselheiro Magno Prado Gama Prates elogiou o trabalho da 5ª  
1022 Conferência e pediu a inclusão do QR Code no material impresso que leve até a interpretação de  
1023 Libras do texto. A Presidente Anna Paula Feminella concordou com a necessidade de divulgação do  
1024 material e das opções de acessibilidade e a Conselheira Patrícia Luiza Ferreira Rezende pediu  
1025 atenção às particularidades do público surdo, explicando que nem todos eram alfabetizados em  
1026 português. Então, a Presidente Anna Paula Feminella encaminhou para que todos os materiais  
1027 produzidos futuramente tivessem o QR Code com o caminho para a interpretação de Libras e a  
1028 Conselheira lembrou que o edital de convocação para as eleições do CONADE também deveria ser  
1029 sua versão em Libras. Ato contínuo, instaurou-se a apresentação do Relatório da Comissão de  
1030 Articulação de Conselhos – CAC. Em posse da palavra, o Conselheiro Victor da Silva Aquino  
1031 informou que a reunião começou com a leitura do relatório anterior e pediu autorização para incluir  
1032 no relatório atual a deliberação da plenária sobre as reuniões da CAC com a FORBRACE. Fez a  
1033 leitura do relatório, explicando a destinação das versões impressas do Documento Orientador e o  
1034 debate sobre a efetiva participação popular na 5ª Conferência, com ênfase na elaboração e  
1035 impressão da Carta de Brasília. Citou também a demanda da Rede Interamericana sobre Deficiência  
1036 e da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul para que o Brasil sediasse o  
1037 pré-evento da 2ª Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, a ser realizada em 2025. Explicou  
1038 que o evento ocorreria em dezembro de 2024, no Rio de Janeiro, e enfatizou que lista de convidados  
1039 brasileiros e internacionais das organizações sociais era de responsabilidade da Rede e a lista de  
1040 convidados internacionais ficou a cargo da Organização dos Estados Americanos – OEA. Após,  
1041 tratou da demanda do Paraná para o curso de capacitação de secretários executivos do Conselho  
1042 Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relatando o histórico do caso desde setembro e

1043 detalhando os temas a serem abordados no curso, cuja intenção era que estivesse pronto a tempo de  
1044 ser ministrado em março de 2025. Pediu o apoio da Secretaria Nacional com técnicos nas áreas  
1045 especializadas. Somando ao relato, o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva solicitou a inclusão dos  
1046 conselheiros da CAC no grupo do *WhatsApp* do FORBRACE a fim de aprimorar os diálogos, ao  
1047 que o Conselheiro indicou que a possibilidade fosse debatida diretamente com o Fórum. A  
1048 Presidente Anna Paula Feminella corrigiu que o pré-evento tinha sido demanda do Instituto da  
1049 Acessibilidade para Diversidade – IAD e da Aliança Internacional para as Pessoas com Deficiência  
1050 – IDA. Por fim, o relatório da CAC foi aprovado por unanimidade e seguiu-se para a apresentação  
1051 do Relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP. O  
1052 Conselheiro Adinilson Marins dos Santos pediu que a Conselheira Maria Cecília Jorge Branco  
1053 Martiniano de Oliveira fizesse a leitura do relatório, iniciando pelos processos analisados e  
1054 respectivos encaminhamentos da CDP. Após, informou que a CDP não tinha recebido nenhuma  
1055 demanda desde a reunião de setembro. A Presidente Anna Paula Feminella elogiou o trabalho  
1056 desenvolvido pela CDP e a Sra. Isana esclareceu que a ouvidoria do MDHC estava passando por  
1057 uma reestruturação, por isso não tinham sido encaminhados novos processos. A seguir, a Presidente  
1058 Anna Paula Feminella apontou que o CONADE não poderia estabelecer prazos para a resposta de  
1059 órgãos públicos, conforme constava em alguns encaminhamentos, e pediu também a supressão das  
1060 indicações e durações de terapias. Avisou que os processos seriam avaliados pela CONJUR, a fim  
1061 de garantir que estavam corretos do ponto de vista jurídico. Após, o Conselheiro Cesar Ackar  
1062 Magalhães elogiou o trabalho desenvolvido e pediu que o processo que citou o Passe Livre fosse  
1063 encaminhado à ele, uma vez que tinha ciência de ocorrências similares. Sobre o Passe Livre, a  
1064 Presidente Anna Paula Feminella informou que a Secretaria estava buscando maneiras de solucionar  
1065 o problema, que era recorrente, em escala nacional. Continuamente, o Conselheiro Adinilson  
1066 Marins dos Santos agradeceu todos os integrantes da CDP pelo esforço, uma vez que o volume de  
1067 trabalho acumulado era grande. A Presidente Anna Paula Feminella também agradeceu a Comissão  
1068 pelo compromisso com a pasta, assim como todos os integrantes do CONADE. Saudou o Sr.  
1069 Bernardo Barlach, gerente de relacionamento do programa de acessibilidade da Google. O  
1070 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira cumprimentou o Sr. Bernardo Barlach e demonstrou  
1071 contentamento com a sua presença na reunião. Cedida a palavra, o Sr. Bernardo Barlach anunciou  
1072 que, em breve, seriam lançadas normas técnicas para acessibilidade em websites e resumiu que seu  
1073 trabalho envolvia aproximar-se, criar conversas e relações de engajamento com a comunidade de

1074 pessoas com deficiência, assim como Organizações Não Governamentais - ONGs, instituições,  
1075 empresas, Governo ou grupos de apoio que atuassem no apoio à pessoa com deficiência, a fim de  
1076 ouvir seus anseios, demandas e oportunidades para os produtos do Google. Listou os produtos do  
1077 Google voltados para a acessibilidade, desde leitores de tela e transcritores até aplicativos e  
1078 soluções para deficiências cognitivas e da mobilidade. Reforçou o compromisso do Google com a  
1079 acessibilidade e colocou a estrutura da empresa à disposição para testes de produtos, sejam eles do  
1080 Google ou não. Fez sua autodescrição e disse ter baixa audição e um filho no espectro autista, ao  
1081 que a Presidente Anna Paula Feminella demonstrou contentamento em ver uma pessoa com  
1082 deficiência na posição que ele ocupava. A seguir, a Conselheira Angela Maria de Sousa Bezerra  
1083 elogiou o trabalho com inclusão digital desenvolvido pelo Google e o Conselheiro Milton Pereira de  
1084 Carvalho Filho demonstrou satisfação com a presença do Sr. Bernardo Barlach e informou que o  
1085 projeto de acessibilidade em conteúdo de aplicações web da ABNT estava em consulta pública. Ato  
1086 contínuo, a Presidente Anna Paula Feminella retomou para a votação do relatório da CDP, que foi  
1087 aprovado por unanimidade. Dada a ausência dos representantes da Comissão de Orçamento e  
1088 Finanças Públicas – COF, avançou aos informes, iniciando com a Conselheira Angela Maria de  
1089 Sousa Bezerra, que fez a leitura da nota da Retina Brasil que parabenizou o CONADE pelo trabalho  
1090 desenvolvido em 2024. A seguir, o Conselheiro Cesar Ackar Magalhães lembrou do Dia Internacional  
1091 da Pessoa com Deficiência, comemorado em 3 de dezembro, quando ocorreria uma marcha, em  
1092 Brasília, para entrega de reivindicações aos parlamentares. Na sequência, o Conselheiro Clóvis  
1093 Alberto Pereira relatou sua participação no Fórum Interconselhos e no G20 Social, enfatizando o  
1094 discurso da participação das pessoas com deficiência nos debates voltados para o meio ambiente e o  
1095 combate à fome. Citou o documento final apresentado no Fórum, que incluiu a questão geracional e  
1096 cobrou a disponibilização de fundos para as políticas voltadas às vulnerabilidades. Lamentou a  
1097 ausência da questão do capacitismo no documento, que citou outras formas de preconceito, ao que a  
1098 Presidente Anna Paula Feminella afirmou que o capacitismo estava pautado, porém as  
1099 representações internacionais tiveram dificuldade em entender do que se tratava. Anunciou que, no  
1100 dia 28 de novembro, o MDHC lançaria uma campanha de promoção dos direitos da pessoa com  
1101 deficiência e enfrentamento ao capacitismo. Na sequência, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale  
1102 Tiné comunicou que a APABB tinha recebido, pelo quinto ano consecutivo, o prêmio Melhores  
1103 ONGs e o Conselheiro Magno Prado Gama Prates elogiou os trabalhos envolvidos na Conferência  
1104 Nacional e desejou que 2025 também fosse um ano produtivo. Pediu que os conselheiros

1105 articulassem o avanço do PL nº 1.239/2019 com a Câmara dos Deputados e sugeriu a inclusão de  
1106 IAs ao *WhatsApp*, a fim de promover o uso por surdos e corrigir os textos escritos por eles em  
1107 português, além de pedir que um representante da Meta fosse convidado para uma reunião futura.  
1108 Propôs também uma conversa com o ICOM e a Agência Nacional de Telecomunicações -  
1109 ANATEL sobre a central de intérprete de Libras 24 horas e a disponibilização de sinal de internet  
1110 que comportasse o serviço. Em conclusão, defendeu a campanha Sônia Livre, em nome da  
1111 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, sendo que a Presidente Anna  
1112 Paula Feminella endossou a relevância da demanda. Anunciou que, à data, era aniversário Sr.  
1113 Décio, colaborador do CONADE, parabenizando-o. Por fim, encaminhou-se para apresentação do  
1114 relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF. O Conselheiro Décio Gomes  
1115 Santiago informou que a reunião não teve quórum, mas que uma nova reunião estava agendada para  
1116 a semana seguinte. Retomando os informes, comunicou que a Fraternidade Cristã de Pessoas com  
1117 Deficiência no Brasil - FCD/BR realizou três encontros nacionais em preparação para a Assembleia  
1118 Nacional, que aconteceria em 2025, em Natal. Anunciou a iminente canonização da Serva de Deus  
1119 Maria de Lourdes Guarda, pessoa com deficiência que fazia movimentos grandiosos no Estado de  
1120 São Paulo. Agradeceu seu acompanhante, Sr. Décio Gomes Santiago Filho, assim como a equipe do  
1121 CONADE e demais conselheiros, pela dedicação e trabalho desenvolvido. Encerrados os informes,  
1122 a Presidente Anna Paula Feminella instaurou o ponto de pauta sobre inclusão e participação da  
1123 pessoa com deficiência nos debates do G20 e da Cúpula Mundial e da América Latina e Caribe  
1124 sobre deficiências. Falou que resumiria o assunto devido ao avanço do horário e ponderou que o  
1125 compromisso da inclusão do tema nos debates internacionais passava pela importância da pauta no  
1126 país. Relatou que o Brasil era muito chamado para protagonizar tal debate em decorrência da  
1127 experiência do CONADE com a participação social e do esforço para o cumprimento da Convenção  
1128 Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Tratou sobre a criação e o escopo do  
1129 Deficiência 20 – D20, para o qual o CONADE tinha sido convidado e foi representado pelo  
1130 Conselheiro Décio Gomes Santiago. Apresentou o Relatório Final do D20, desenvolvido pelos seus  
1131 dez grupos de trabalho e construído com o protagonismo de pessoas com deficiência intelectual,  
1132 que seria enviado em formato PDF para todos os conselheiros, e resumiu que o documento não só  
1133 abordava os temas específicos da deficiência, mas todos os temas que o G20 tratou com a  
1134 contribuição das organizações de pessoas com deficiência. Resgatou o histórico do lema “Nada  
1135 sobre nós sem nós”, criado na África do Sul nos anos 1980. Citou a Cúpula Mundial sobre

1136 Deficiência, que aconteceria em 2025, na Alemanha, com protagonismo da sociedade civil, assim  
1137 como a solicitação de apoio ao Governo brasileiro para a organização de uma cúpula da América  
1138 Latina, como relatado pelo Conselheiro Victor da Silva Aquino. Sugeriu que o Relatório fosse  
1139 debatido em uma *live*, dada a relevância dos temas abordados. Agradeceu os desafios e conquistas  
1140 de 2024. A seguir, o Conselheiro Décio Gomes Santiago contou que participou de duas mesas no  
1141 D20 e elogiou a articulação, o apoio e a visibilidade do CONADE, além de comparar o cenário  
1142 brasileiro ao sul-africano quando às pessoas com deficiência. Elogiou a participação dos  
1143 Conselheiros Jô Nunes, Adinilson Marins dos Santos, Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de  
1144 Oliveira, Clóvis Alberto Pereira, Maria do Carmo Tourinho Ribeiro e Wagner Gonçalves Saltorato  
1145 no Fórum Interconselhos, onde sentiu-se empoderado e acolhido. Em posse da palavra, a  
1146 Conselheira reforçou que 2024 tinha sido um ano de trabalhos intensos e elogiou a proposta de uma  
1147 reunião para discussão do Relatório, com transmissão online. Falou sobre a importância da  
1148 construção e fortalecimento da política voltada para quem cuida. Ainda, voltou ao caso Felipe  
1149 Santos de Oliveira, questionando se ele poderia beneficiar-se do Programa Universidade para Todos  
1150 - PROUNI ou da transferência para uma universidade pública e citou os programas para  
1151 permanência de alunos com deficiência nos cursos superiores. Por fim, a Conselheira Maria Cecília  
1152 Jorge Branco Martiniano de Oliveira disse ter enviado a nova documentação da Associação dos  
1153 Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves – AFAG, pedindo que o nome fosse  
1154 atualizado. **ENCERRAMENTO 27/11/2024:** Feitos os agradecimentos e não havendo mais  
1155 nenhum item a ser tratado, a Presidente Anna Paula Feminella agradeceu a presença de todos e  
1156 encerrou a 140ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
1157 (CONADE).

1158

1159

1160

1161

**Anna Paula Feminella**

1162

**Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE**

1163

1164

1165

Novembro de 2024